



Senado Federal
SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(CCT)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1º SEMESTRE DE 2013
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
54ª LEGISLATURA

Brasília – DF

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	7
2. REUNIÕES DA COMISSÃO	9
3. DEMONSTRATIVOS GRÁFICOS DO ANO DE 2013	11
4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	19
4.1 SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS-RARAS NO BRASIL – CCTSTTR	37
5. PROPOSIÇÕES APRECIADAS	53
5.1 PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS (TERMINATIVO)	53
5.2 PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS (NÃO TERMINATIVO)	53
5.3 PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC (NÃO TERMINATIVO)	54
5.4 PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC (TERMINATIVO)	54
5.5 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO (PDS)	54
5.6 REQUERIMENTOS (RCT)	67

APRESENTAÇÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal apresenta o relatório de atividades realizadas no 1º semestre do ano de 2013, o primeiro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Este também é o primeiro apanhado das atividades realizadas sob a condução desta presidência e, se por um lado procuramos manter a tradição e continuidade de um trabalho intenso e produtivo como o dos demais presidentes que nos antecederam, temos também o foco na abordagem de novos, e igualmente importantes, assuntos, privilegiando a inovação da nossa comissão.

A Ciência, a Tecnologia e a Informática representam cada vez mais, juntas, o caminho para o crescimento do nosso País, e cabe-nos, enquanto casa legislativa, prover a Nação das melhores ferramentas para o seu desenvolvimento.

Discussões de importante teor, como as pesquisas com células-tronco e a destinação da faixa de 700 MHz, lotaram as reuniões da CCT. Merecem grande destaque, também, os trabalhos da Subcomissão de Terras-Raras, presidida pelo nobre Senador Anibal Diniz e que conta com a relatoria do Senador Luiz Henrique, cujos trabalhos serão ainda desenvolvidos a partir do segundo semestre de 2013.

De tudo isso, ainda há que se buscar o alinhamento com o desejo do povo brasileiro, sendo importante que miremos nossa atenção justamente para a voz das ruas. No último mês de junho, tivemos a passagem de um dos mais marcantes momentos da nossa história recente, pois o que se viu foi o cidadão bradando a sua insatisfação.

A comunicação vinda das ruas clama por mudanças e melhorias, e a CCT pode contribuir para este processo e certamente o fará. Os trabalhos ao longo do ano de 2013 serão intensos e profícuos, aperfeiçoando ainda mais a nossa sociedade.

Como presidente da CCT, registro o agradecimento aos colegas senadores que abrihantam o plenário da comissão por seu empenho no exercício do mandato, e, junto com o Senador Alfredo Nascimento, nosso Vice, daremos continuidade à nossa missão.

Senador Zeze Perrella

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

1. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO



Senador Zeze Perrella – Presidente



Senador Alfredo Nascimento – Vice-Presidente

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

PRESIDENTE: **Senador Zeze Perrella – PDT/MG**
VICE-PRESIDENTE: **Senador Alfredo Nascimento – PR/AM**

(17 titulares e 17 suplentes)

TITULARES		SUPLENTE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
ÂNGELA PORTELA – PT	RR – 6103/6104	1. DELCÍDIO DO AMARAL – PT	MS – 2452/2457
ZEZE PERRELLA – PDT	MG – 2191	2. RODRIGO ROLLEMBERG – PSB	DF – 6640/6641
WALTER PINHEIRO – PT	BA – 6790/6788	3. CRISTOVAM BUARQUE – PDT	DF – 2281
JOÃO CAPIBERIBE – PSB	AP – 9011/9014	4. LÍDICE DA MATA – PSB	BA – 6408/6417
ANIBAL DINIZ – PT	AC – 4547/4546	5. EDUARDO LOPES – PRB	RJ – 5730
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)			
LOBÃO FILHO – PMDB	MA – 2311/2314	1. VITAL DO RÊGO – PMDB	PB – 6747
JOÃO ALBERTO SOUZA – PMDB	MA – 6352/6349	2. RICARDO FERRAÇO – PMDB	ES – 6590
VALDIR RAUPP – PMDB	RO – 2252/2253	3. IVO CASSOL – PP	RO – 6328/6329
LUIZ HENRIQUE – PMDB	SC – 6446/6447	4. BENEDITO DE LIRA – PP	AL – 6144/6151
CIRO NOGUEIRA – PP	PI – 6185/6187	5. SÉRGIO SOUZA – PMDB	PR – 6271/6261
SÉRGIO PETECÃO – PSD	AC – 6706/6713	6. (VAGO)	
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP – 6063/6064	1. (VAGO)	
FLEXA RIBEIRO – PSDB	PA – 2342	2. CÍCERO LUCENA – PSDB	PB – 5800/5805
JOSÉ AGRIPINO – DEM	RN – 2361/2362	3. MARIA DO CARMO ALVES – DEM	SE – 1306/4055
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO e FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)			
GIM – PTB	DF – 1161/1547	1. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – PR	SP – 6510
ALFREDO NASCIMENTO	AM – 1166	2. (VAGO)	
EDUARDO AMORIM	SE – 6205	3. (VAGO)	

REUNIÃO: **Terças-feiras às 9h**

SECRETÁRIA: **Égli Lucena Heusi Moreira**

TELEFONES DA SECRETARIA: **3303-1120/2410**

E-MAIL: **scomcct@senado.gov.br**

ATUALIZADA EM: **15-7-2013**

2. REUNIÕES DA COMISSÃO

TOTAL DE REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS FEVEREIRO/JULHO 2013

TABELA 1 – RESUMO POR MODALIDADE

TIPO	QUANTIDADE
Reuniões Extraordinárias Realizadas	24
Reuniões Deliberativas Realizadas (RD)	12
Audiências Públicas Realizadas (AP)	05
Audiências Públicas Conjuntas (AC)	07
Total de Reuniões Realizadas	24

TABELA 2 – QUADRO POR TIPO DE PROPOSIÇÃO

PARECERES	REQ de DVS	OFS	PDS	PLC (NT)	PLC (T)	PLS (NT)	PLS (T)	PLS (Comp)	RCT
PELA APROVAÇÃO			104		1	1			26
PELA APROVAÇÃO COM EMENDA(S)						2			
PELA APROVAÇÃO (SUBSTITUTIVO)						1			
PELA REJEIÇÃO				1		1			
PELA PREJUDICIALIDADE							1		
PELO ARQUIVAMENTO									
PELO SOBRESTAMENTO			1						
TOTAL	0	0	105	1	1	5	1	0	26

TOTAL GERAL: 139

SIGLAS

REQ de DVS – Requerimento de Destaque para Votação em Separado

OFS – Ofício "S"

PDS – Projeto de Decreto Legislativo

PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara – Não Terminativo

PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara – Terminativo

PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado – Não Terminativo

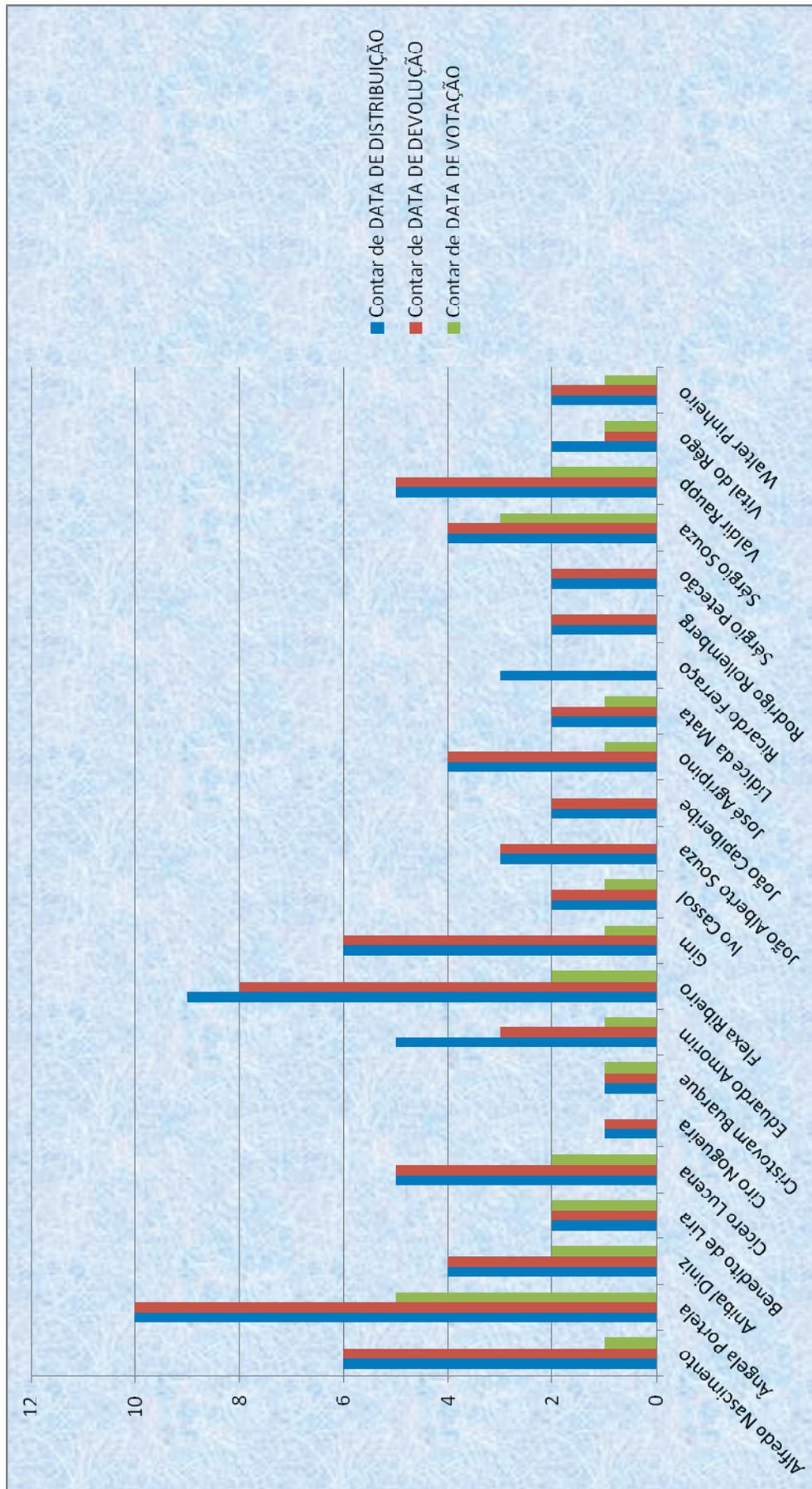
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado – Terminativo

PLS (Comp) – Projeto de Lei do Senado – Complementar

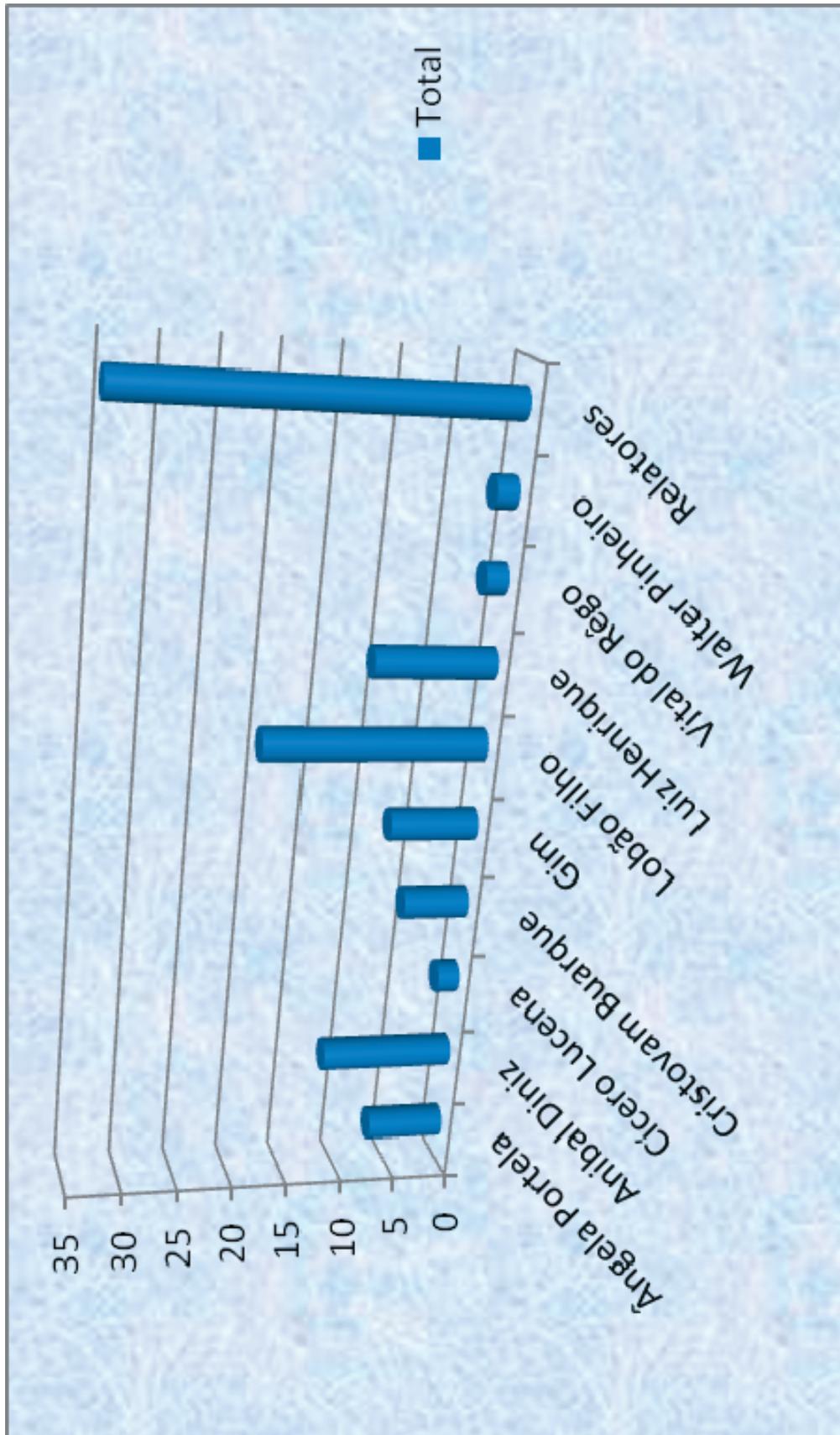
RCT – Requerimento e Aditamento a Requerimento

3. DEMONSTRATIVOS GRÁFICOS DO ANO DE 2013

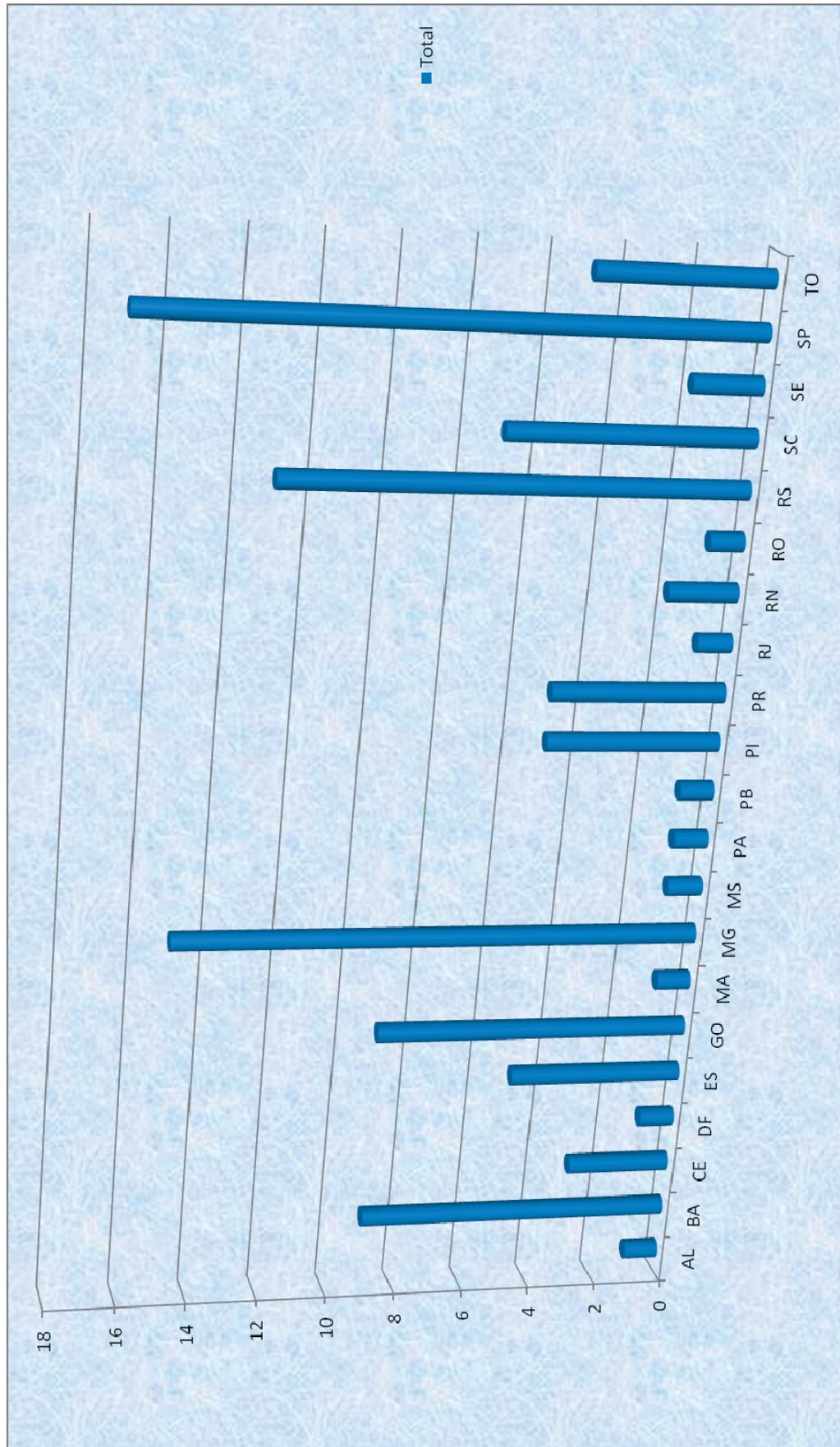
PDS distribuídos, relatados e aprovados



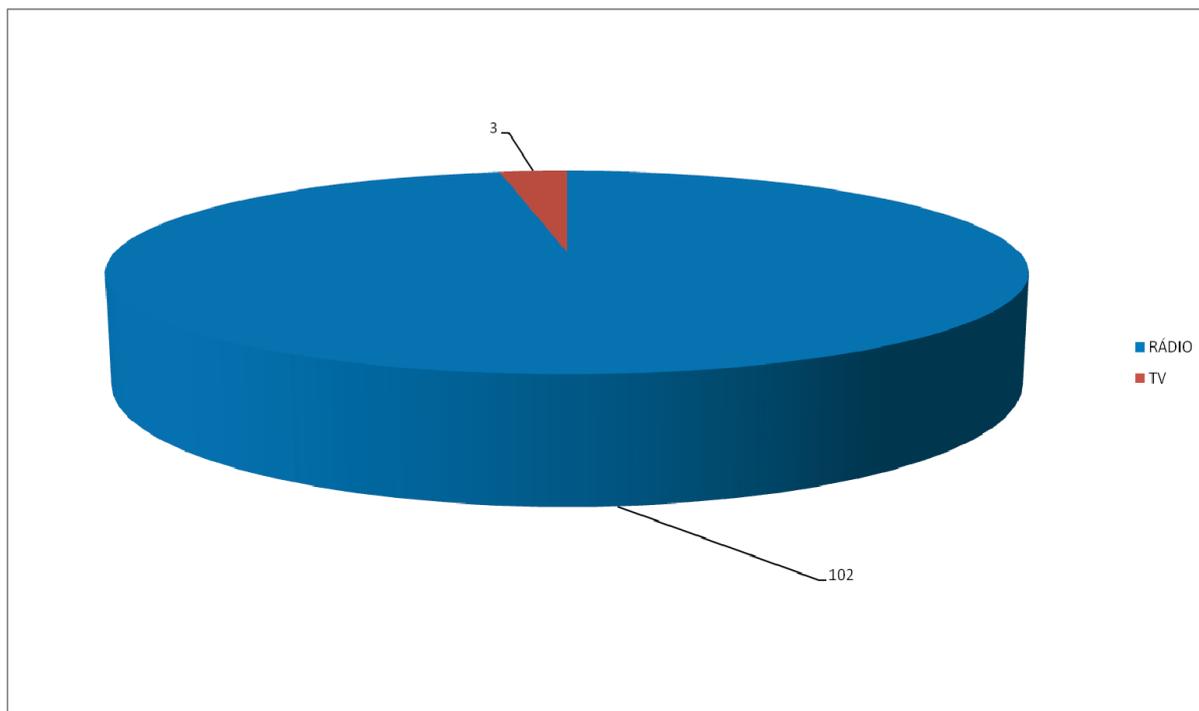
Relatores Ad Hoc



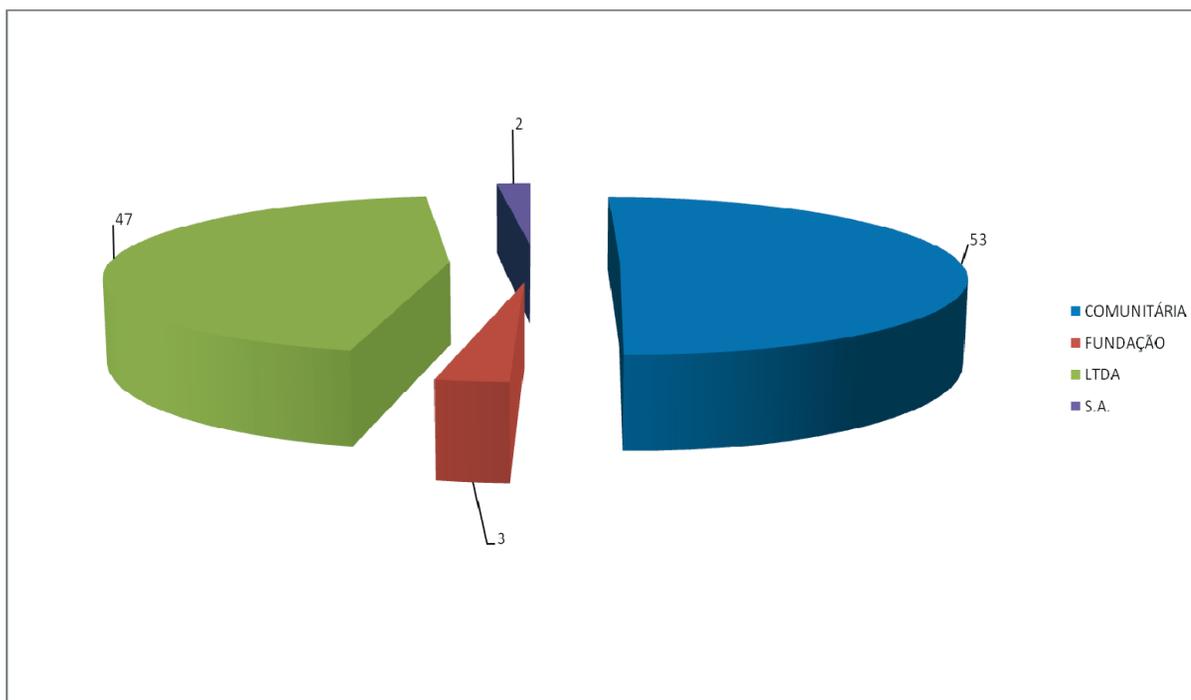
PDS aprovados por Unidade Federada



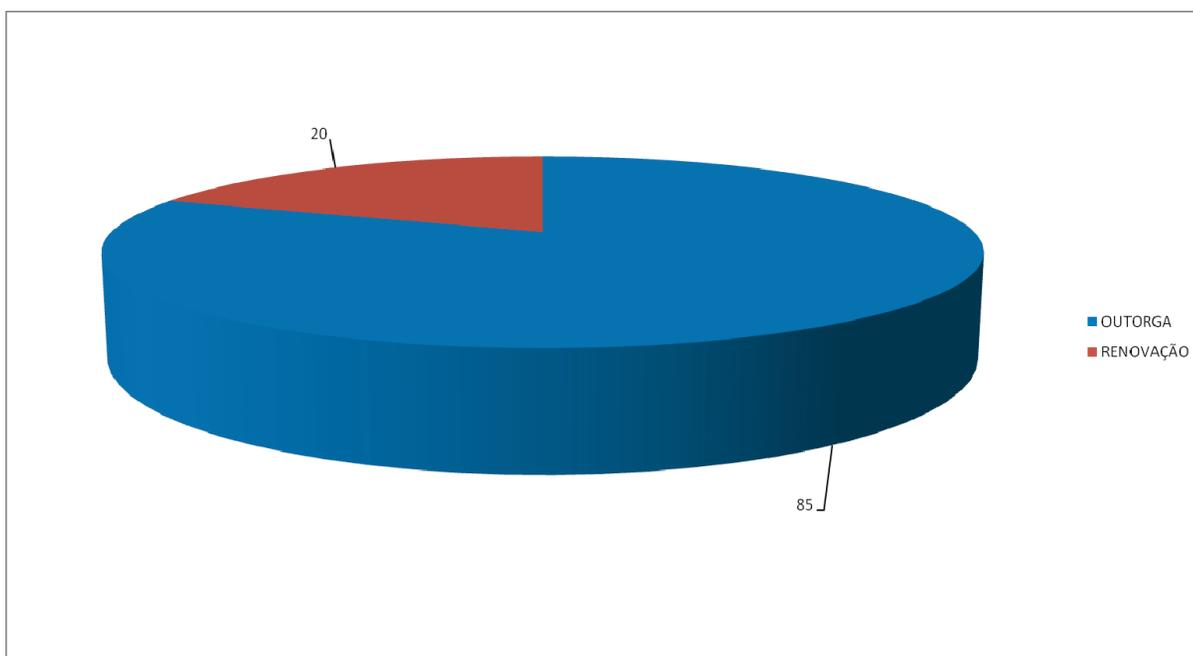
Radiodifusão de Sons e de Sons e Imagens aprovados



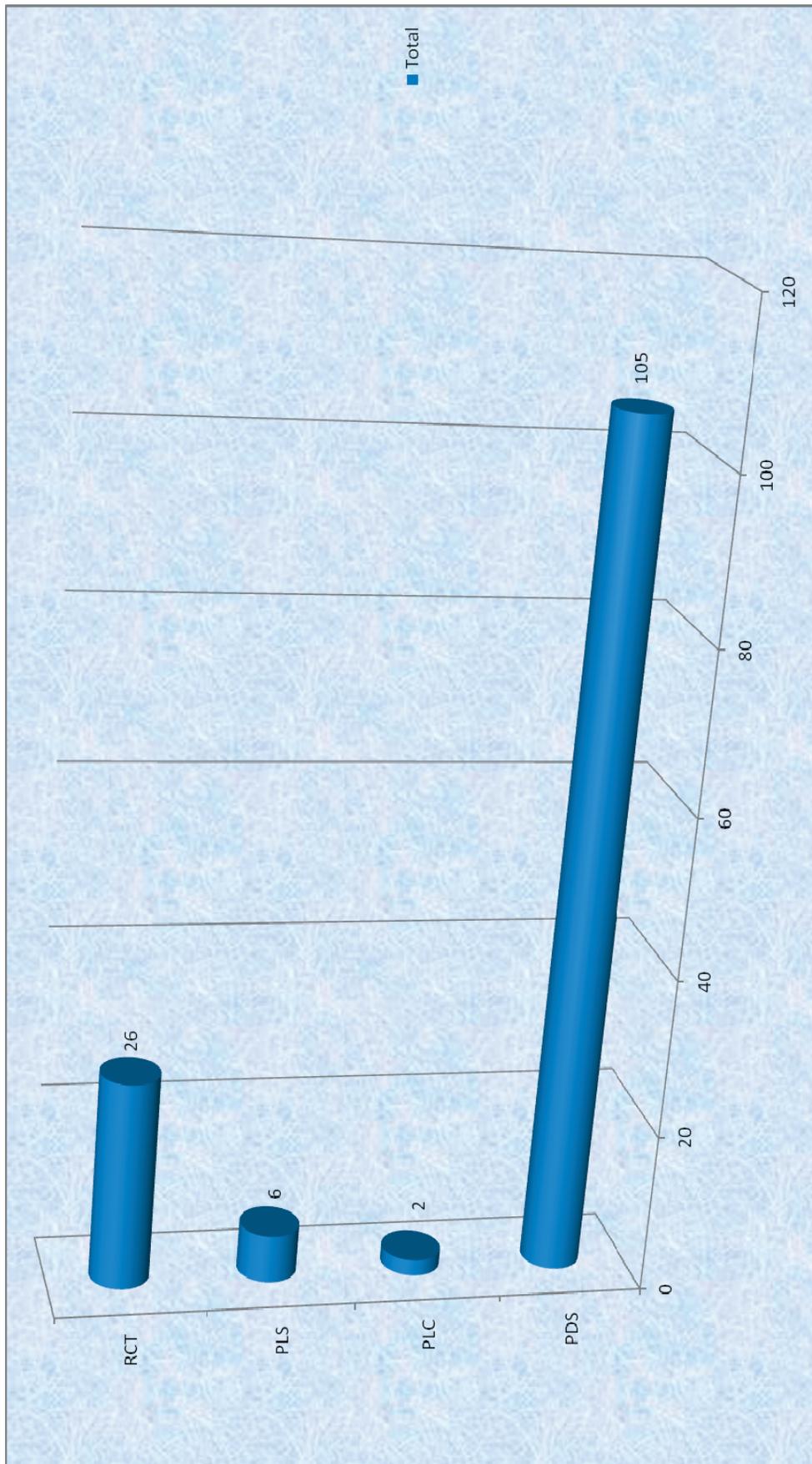
Natureza Jurídica dos Radiodifusores



**Outorga ou Renovação
PDS aprovados**



Proposições aprovadas no 1º Semestre de 2013



4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal foi criada a partir da Resolução do Senado Federal nº 01, de 2007, com as seguintes atribuições e competências regimentais:

Art. 104-C. À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes temas:

I – desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica;

II – política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática;

III – organização institucional do setor;

IV – acordos de cooperação e inovação com outros países e organismos internacionais na área;

V – propriedade intelectual;

VI – criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia;

VII – comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

VIII – regulamentação, controle e questões éticas referentes a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica, comunicação e informática;

IX – outros assuntos correlatos.

Além da análise e deliberações feitas pelo plenário da CCT sobre as proposições legislativas que nela tramitam, e a partir de requerimentos dos senadores membros, também são realizadas audiências públicas e debates relacionados aos diversos temas sob sua competência, conforme a agenda política e econômica do País, e ainda audiências para a instrução de proposições em análise na CCT.

Cumpre-nos então, como forma de registro dessas atividades, relacionarmos adiante a agenda das audiências públicas realizadas pela CCT no período, com dados informativos e também a colação de matérias veiculadas na mídia.

Todas as audiências públicas são transmitidas pela TV Senado em algum dos seus canais ou pela internet, e algumas possuem o mecanismo da interatividade e participação popular.

DIA 2-4-2013 – 4ª REUNIÃO



Foto: Geraldo Magela

Tema: “AGENDA, PRIORIDADES E AÇÕES DO MCTI PARA 2013/2014 – DADOS E EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (ENCTI) – PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE INOVAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA”

Requerimento de realização de audiência: RCT 02/2013, Senador Zeze Perrella (PDT/MG)

CONVIDADO

- **Marco Antonio Raupp**

Ministro de Estado – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI

MINISTRO QUER AGILIZAR RESPOSTAS SOBRE FINANCIAMENTO PARA INOVAÇÃO

Plano Inova Empresa vai aumentar a produtividade e a competitividade, afirmou Marco Antonio Raupp em audiência pública no Senado.

3-4-2013

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, disse que fará um esforço para eliminar a burocracia e dar respostas, em no máximo um mês, a pedidos das empresas para financiamento de ações de inovação. O Plano Inova Empresa foi um dos assuntos destacados por ele ontem, em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Lançado em março, o plano visa aumentar a produtividade e a competitividade das empresas. Segundo o ministro, o investimento total em 2013 e 2014 é de R\$32,9 bilhões.

— A porta vai ser única. Lá estarão presentes representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, dos vários ministérios e das várias agências que participam como financiadoras. A empresa vai apresentar o plano de inovação empresarial e vai ser aconselhada sobre qual tipo de financiamento melhor se encaixa —, disse Raupp.

O ministro explicou que será criada a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) para fazer a gestão do relacionamento entre empresas e governo. A organização vai operar unidades e laboratórios credenciados e polos de inovação para desenvolver projetos.

Após ter incorporado o “I” de “inovação”, o ministério, explicou Raupp, passou a atuar em parceria com 20 ministérios. Ele citou o projeto com a Secretaria de Direitos Humanos no Plano Viver sem Limite, em que são desenvolvidos produtos para inclusão de pessoas com deficiência, e o trabalho com o Ministério das Comunicações para desenvolver satélites geoestacionários, fundamentais para a Amazônia.

— O satélite vai atender a quase 2 mil municípios da região. E vai atender um programa de banda larga, que é do Ministério das Comunicações, além de um programa de comunicações das Forças Armadas —, informou.

Cícero Lucena (PSDB – PB) afirmou não ter nada a acrescentar aos planos do ministério, mas observou que não acredita na concretização dos projetos. Em resposta, o ministro se disse otimista, apesar de ter consciência do desafio. Ele ressaltou o apoio do BNDES e o reconhecimento do papel da ciência e tecnologia pela Presidenta Dilma Rousseff.

— Pela primeira vez, foi formalmente reconhecido que ciência e tecnologia têm um papel a desempenhar para o desenvolvimento do País. Isso nos dá essa esperança e pode ajudar a avançar —, disse Raupp.

Jornal do Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/04/03/ministro-quer-agilizar-respostas-sobre-financiamento-para-inovacao>

DIA 9-4-2013 – 5ª REUNIÃO



Foto: José Cruz

Tema: “15 ANOS DA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES – AGENDA REGULATÓRIA 2013/2014 – TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET E NOVA ESTRUTURA DA ANATEL”

Requerimento de realização de audiência: RCT 01/2013, Senador Zeze Perrella (PDT/MG)

CONVIDADO

- Paulo Bernardo

Ministro de Estado – Ministério das Comunicações – MiniCom

MINISTRO PREVÊ QUEDA DE 30% NO PREÇO DE CELULARES

Governo publicou ontem decreto que isenta do PIS e da Cofins aparelhos telefônicos com conexão sem fio à internet e sistema operacional, os smartphones, e espera expandir o uso rapidamente.

10-4-2013

O preço dos *smartphones* deve sofrer redução de até 30% com a decisão do governo de deixar de cobrar o PIS e a Cofins desses aparelhos. Ao comentar a medida, durante audiência pública no

Senado ontem, o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse que a redução acontecerá rapidamente, pois a desoneração será feita “na ponta”, na fase de venda ao consumidor. Serão beneficiados apenas os *smartphones* no valor de até R\$1.500.

O decreto presidencial com a desoneração foi publicado no *Diário Oficial da União* de ontem. Paulo Bernardo observou que ainda falta uma portaria, com mais detalhes sobre a medida, que pode ser publicada nesta semana.

— A desoneração vai significar preços mais baratos para o consumidor —, reiterou ele.

A renúncia fiscal do governo com a iniciativa é estimada em cerca de R\$500 milhões por ano.

Oferta de wi-fi

Segundo o Ministério das Comunicações, entre as características exigidas para que os aparelhos sejam beneficiados pela desoneração, estão a oferta de “wi-fi, aplicativo de navegação e de correio eletrônico, sistema operacional que disponibilize *kit* de desenvolvimento por terceiros, tela igual ou superior a 18 cm², teclado QWERTY e aplicativos desenvolvidos no País, inclusive por terceiros”. As especificações constarão do ato que o ministério vai publicar nos próximos dias.

Durante a audiência no Senado — promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para discutir o leilão da banda larga de quarta geração (veja matéria abaixo) —, Paulo Bernardo afirmou que há no País cerca de 263 milhões de celulares. De acordo com o Ministério das Comunicações, as vendas de *smartphones* aumentaram 700% entre 2009 e 2012. O ministério estima que, até o próximo ano, esses aparelhos chegarão à metade das vendas de celulares no País.

Jornal do Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/04/10/ministro-preve-queda-de-30-no-preco-de-celulares>

LEILÃO PARA 4G EXIGIRÁ COMPONENTES NACIONAIS

10-4-2013

Apesar dos protestos do governo norte-americano, o próximo leilão para a tecnologia 4G (banda larga de quarta geração) na faixa dos 700 MHz manterá a exigência de um percentual mínimo de componentes e tecnologia nacionais. Foi o que garantiu o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Em relatório divulgado na semana passada, o governo dos Estados Unidos aponta como uma das preocupações comerciais as práticas “discriminatórias” a serem adotadas pelo governo brasileiro no futuro leilão — o relatório destaca o interesse das empresas norte-americanas na faixa dos 700 MHz e a expectativa de que os valores envolvidos sejam muito maiores que os dos leilões anteriores.

— Evidentemente, não vamos defender a indústria americana —, disse Paulo Bernardo.

O ministro reiterou que a exigência de percentuais mínimos de conteúdo nacional tem o objetivo de estimular a economia brasileira e gerar empregos, no âmbito de uma política industrial.

Ele informou que, depois dos últimos leilões, que também exigiram conteúdo nacional, três grandes fábricas vieram para o Brasil.

Segundo o ministro, o leilão 4G de 700 MHz poderá exigir que 50% dos equipamentos sejam fabricados no Brasil e até 20% das tecnologias sejam desenvolvidas no País. Ele prevê que a licitação ocorra no começo de 2014.

Jornal do Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/04/10/leilao-para-4g-exigira-componentes-nacionais>

DIA 7-5-2013 – 8ª REUNIÃO



Foto: Lia de Paula

Tema: “15 ANOS DA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES – AGENDA REGULATÓRIA 2013/2014 – TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET E NOVA ESTRUTURA DA ANATEL”

Requerimento de realização de audiência: RCT 01/2013, Senador Zeze Perrella (PDT/MG)

CONVIDADO

- João Batista de Rezende

Presidente – Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

ANATEL COMEÇA DIA 15 A DIVULGAR MEDIÇÕES DA VELOCIDADE DA INTERNET

Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais saberão os resultados primeiro. Promessa é que até agosto informações sejam dadas em todo o País.

8-5-2013

A partir deste mês, os consumidores começam a ter acesso a dados oficiais sobre a qualidade dos serviços de internet no País. No dia 15, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)

divulgará os primeiros resultados da medição da velocidade dos serviços de banda larga fixa em três estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

O anúncio foi feito ontem pelo presidente da Anatel, João Batista de Rezende, durante audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Ele traçou um panorama das telecomunicações no País, falou da agenda regulatória até 2014 e deu esclarecimentos sobre a reestruturação da autarquia.

Rezende adiantou que a Anatel pretende divulgar as medições referentes aos serviços de banda larga fixa em todo o País até agosto. No mesmo mês, serão conhecidas as primeiras medições de internet móvel, que se estenderão a todos os estados até dezembro.

— Estamos dando mais condições para o usuário decidir a melhor forma de adquirir os produtos, contando com transparência e com informações concretas sobre os serviços — afirmou o dirigente.

As medições devem ajudar na fiscalização do cumprimento do Regulamento de Qualidade de Banda Larga, que está sendo implementado pela Anatel. Segundo as regras adotadas, as empresas devem entregar, no mínimo, 60% da velocidade contratada de banda larga, tanto fixa quanto móvel. No ano que vem, o índice aumentará para 70%. Hoje em dia, alguns serviços não chegam a garantir 20% da velocidade prometida.

Indicadores

Os dados incluem indicadores para refletir a qualidade dos serviços, inclusive a velocidade média e a instantânea. No caso da banda larga fixa, serão feitas medições apenas nas operadoras com mais de 60 mil usuários. De acordo com Rezende, o critério está previsto no Regulamento de Qualidade.

A modernização do regulamento de atendimento e cobrança, atualmente em fase de consulta pública, está entre as novas iniciativas de transparência. De acordo com o presidente da Anatel, o usuário disporá de mais informações sobre as contas cobradas, ganhando melhores condições de comparar e escolher os serviços e produtos.

A audiência, que foi coordenada pelo presidente da CCT, Zeze Perrella (PDT – MG), tratou da insatisfação dos consumidores com os serviços de telefonia e internet. Ângela Portela (PT – RR) mencionou que o setor está entre os que lideram as reclamações aos órgãos de defesa do consumidor. Rezende contrapôs com dados de pesquisa contratada pela Anatel, pela qual cerca de 70% dos usuários se dizem satisfeitos com os serviços.

O presidente da agência também citou levantamento por meio do *call center*, na opinião dele o melhor indicador sobre os “problemas dentro do sistema”. Pelos dados atuais, aproximadamente 15% dos usuários brasileiros se mostram insatisfeitos, número que, projetado a partir da base de usuários da telefonia móvel, representaria cerca de 10 milhões de pessoas.

— São números que preocupam a agência, evidentemente — avaliou o presidente, admitindo a necessidade de queda nos percentuais de insatisfação.

Rezende mencionou ainda o resultado da investigação aberta no passado contra a operadora TIM, depois de indícios de que a operadora derrubava propositalmente as ligações para arrecadar mais com novas chamadas.

Segundo ele, não se comprovou fraude, mas problemas técnicos. A empresa telefônica recebeu multa de R\$9,5 milhões e recorreu da decisão.

Jornal do Senado

Fonte: (<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/05/08/anatel-comeca-dia-15-a-divulgar-medicoes-da-velocidade-da-internet>)

3G PODE SER ANTECIPADO

ANTONIO TEMÓTEO

8-5-2013

Durante audiência pública realizada ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), João Rezende, revelou que o órgão pode antecipar as metas de cobertura dos serviços de terceira geração (3G) entre as obrigações que devem compor o edital de leilão da quarta geração (4G), na frequência de 700 megahertz (Mhz). Ele detalhou que um documento será elaborado em agosto e a licitação deverá ocorrer entre março e abril do próximo ano.

Rezende explicou que ainda precisa definir as compensações dadas às empresas de televisão e rádio, além de submeter o edital ao Tribunal de Contas da União (TCU). A Anatel também estuda a solução técnica para acomodar os canais para as transmissões de radiodifusão e a banda larga de 4G em 600 municípios onde havia problemas. O chefe da reguladora lembrou que em cerca de 4,9 mil cidades os canais estão liberados. As principais dificuldades estão no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Campinas e Belo Horizonte. “Temos a possibilidade de antecipar o serviço 3G em todos os municípios brasileiros para 2017, um ano antes do estabelecido nas metas. Isso exige cálculo do valor da faixa para ver como vamos trabalhar a compensação pelo uso da faixa – de 700 Mhz.”, detalhou.

Fiscalização

Durante a reunião, Rezende informou que está programada para o próximo dia 15 a divulgação dos primeiros índices de qualidade da banda larga fixa, que foram medidos pela própria agência por meio de aparelhos instalados nas casas dos usuários para aferir a qualidade do serviço. Ele explicou que o primeiro relatório envolverá as prestadoras com mais de 60 mil conexões habilitadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O trabalho deve ser concluído até dezembro.

Ranking dos piores

O Procon de São Paulo divulgou o *ranking* de fabricantes de celulares mais reclamados pelos consumidores no ano passado. tendo a Motorola (788) e Nokia (624) liderando a lista. Segundo o estudo da entidade, os aparelhos apresentam padrão de qualidade insatisfatório, com falhas de funcionamento e durabilidade abaixo das expectativas dos consumidores. Comparando os números do primeiro trimestre de 2013 com o mesmo período de 2012, verifica-se aumento de reclamações entre as maiores marcas, com a Motorola permanecendo no topo com elevação de 16% no número de reclamações, de 202 para 234. A Samsung, que aparece na segunda posição do *ranking* trimestral, teve um acréscimo de 69% nas queixas ante o mesmo período de 2012, de 129 para 218. O serviço de telefonia móvel registrou elevação de 29% nas reclamações.

Correio Braziliense

Fonte: <http://www.senado.gov.br/noticias/senadonamidia/noticia.asp?n=833981&t=1>



Tema: “PESQUISAS E NOVAS TECNOLOGIAS SOBRE CÉLULAS-TRONCO E SUAS APLICAÇÕES”

Requerimento de realização de audiência: RCT 05/2013, Senador Zeze Perrella (PDT/MG) e outros

CONVIDADOS

- **Daniel Roberto Coradi de Freitas**

Gerente da Gerência de Tecidos, Células e Órgãos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

- **Sérgio Duval de Barros Vieira**

Diretor Médico do GID BRASIL

- **Antônio Carlos Campos de Carvalho**

Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde – MS

- **Mayana Zatz**

Coordenadora-Geral do Centro de Estudos do Genoma Humano do Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão – CEPID

PESQUISADORES PEDEM INVESTIMENTO E LEIS ADEQUADAS PARA CÉLULAS-TRONCO

Participantes de audiência na CCT defenderam incentivos para doações e permissão para comercializar material genético humano.

26-6-2013

O Brasil precisa investir mais em pesquisas com células-tronco, melhorar a legislação e as condições da pesquisa científica e tecnológica. Esse foi o consenso formado na audiência pública

realizada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado (CCT), ontem, para debater novas tecnologias de células-tronco.

Pesquisadores e representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Saúde mostraram os avanços dos estudos com células-tronco mesenquimais, que são células-tronco adultas capazes de se diferenciar em diversos tecidos, tal como ocorre com as células-tronco embrionárias. Segundo a coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano, Mayana Zatz, essas células estão sendo preciosas para a pesquisa, pois o cientista pode reprogramar a célula da pele de um paciente para fazer qualquer linhagem celular do mesmo.

“Com isso, você pode estudar, nas diferentes células, como é que o gene se expressa. Pode-se testar milhares de drogas nas células que, obviamente, não se poderia testar nos pacientes.”, afirmou.

De acordo com a pesquisadora, o centro, que é ligado à Universidade de São Paulo (USP), atualmente está estudando autismo, doenças neuromusculares e esclerose lateral amiotrófica (ELA).

O diretor no Brasil da empresa americana GID, Sérgio Vieira, falou do uso das células-tronco mesenquimais retiradas do tecido adiposo, possibilitando o tratamento pela medicina regenerativa de doenças autoimunes e vasculares, necroses e outras. Segundo Vieira, alguns países já estão realizando procedimentos com sucesso em pacientes.

“O tecido adiposo tem muito mais células do que o cordão umbilical ou a medula óssea. O acesso é fácil e muito pouca gente quer a gordura. O enxerto é realizado com células frescas, sem manipulação de laboratório.”, explicou.

Investimento

De acordo com o chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, Antônio Carlos Carvalho, o Ministério investiu, desde 2005, mais de R\$110 milhões em 150 projetos de pesquisa na área de células-tronco. O valor é considerado baixo se comparado ao investimento feito só no Estado da Califórnia, nos Estados Unidos — de US\$3 bilhões, de acordo com Mayana Zatz. Para a pesquisadora, também falta investimento do setor privado, ao contrário do que ocorre em outros países. Ela defendeu a aprovação de uma “Lei Rouanet para as ciências”, para incentivar doações de pessoas físicas à pesquisa. Sobre o tema, tramita na CCT o PLS 474/2012, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que permite dedução das doações a projetos de pesquisa científica e tecnológica da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física.

Jornal do Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/06/26/pesquisadores-pedem-investimento-e-leis-adequadas-para-celulas-tronco>

ESPECIALISTAS QUEREM REVISÃO DA LEI DE BIOSSEGURANÇA

26-6-2013

Em relação à legislação, os participantes da audiência afirmaram que a Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005) precisa ser revista a fim de ampliar o uso de células-tronco embrionárias para pesquisa. Segundo Antonio Carlos Carvalho, a lei é extremamente restritiva e está se tornando difícil derivar novas linhagens de células-tronco embrionárias humanas.

A Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) foi considerada pelos debatedores um empecilho para as pesquisas, pois rege a importação de reagentes para os procedimentos científicos, o que atrasa os projetos.

Para a pesquisadora Mayana Zatz, a importação dos reagentes poderia ser feita como a importação de livros. Ela defendeu a aprovação do PL 4.411/2012, que propõe a eliminação da burocracia nesse processo por meio de um cadastro nacional de pesquisadores no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“Enquanto nos Estados Unidos e na Europa você tem uma ideia e no dia seguinte o material está na sua bancada e você pode testar, aqui a gente leva meses para conseguir material de pesquisa.”, disse.

O representante da Anvisa, Daniel Coradi de Freitas, criticou a proibição constitucional de comercializar material genético humano, pois isso impede o desenvolvimento tecnológico, inviabilizando os investimentos privados no setor.

Na opinião do Senador Walter Pinheiro (PT – BA), o legislador precisa traçar diretrizes e não esquecer tratados na área da ciência e da tecnologia, pois o avanço tecnológico é rápido e deixa as leis desatualizadas.

“É muito mais correto que a gente trace caminhos. Senão, a cada ano será preciso produzir uma legislação que encontre o desenvolvimento tecnológico. A tecnologia supera essas letras.”, afirmou o Senador.

Jornal do Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/06/26/especialistas-querem-revisao-da-lei-de-biosseguranca>

EDUCAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA OS CIENTISTAS

26-6-2013

O Senador Cristovam Buarque (PDT – DF) questionou os debatedores sobre a importância da educação de base para a formação de bons cientistas para o País. Ele citou o Programa Ciência sem Fronteiras, dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação, que promove o intercâmbio de cientistas para outros países. Os brasileiros, quando voltam, devem permanecer no País para aplicar os conhecimentos obtidos. Para os participantes da audiência, a educação de base precisa ser mais valorizada que a universitária.

“A gente precisava inverter a pirâmide. No Japão e na Coreia, um professor de primário ganha mais do que um professor universitário.” – disse Mayana Zatz.

O Programa Ciência sem Fronteiras foi elogiado, mas foi apontada a falta de recursos para o trabalho e a dificuldade de emprego dos cientistas depois que voltam ao Brasil.

“A possibilidade de entrar num instituto ou mesmo em empresas que invistam em desenvolvimento biotecnológico no Brasil não é grande, e na área de terapia celular, menos ainda.” – relatou Daniel Freitas.

A audiência pública foi aberta à participação popular por meio do Portal e-Cidadania.

Jornal do Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/06/26/educacao-e-condicoes-de-trabalho-para-os-cientistas>



Foto: José Cruz

Tema: Debater as “**DESTINAÇÃO E LICITAÇÃO DA FAIXA DE 700 MHz**”

Requerimento(s) de realização de audiência: RCT 04/2013, Senador Lobão Filho (PMDB/MA) e outros; e RCT 26/2013, Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

CONVIDADOS

- **João Batista de Rezende**

Presidente – Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

- **Eduardo Levy Cardoso Moreira**

Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL

- **Paulo Ricardo Balduino**

Diretor de Planejamento e Uso do Espectro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, e Representante da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABRATEL

- **Walter Vieira Ceneviva**

Representante da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA

- **Olímpio José Franco**

Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão – SET

- **José Eduardo Castro de Macedo**

Diretor-Geral da Empresa Brasil de Comunicação – EBC

- **Antonino dos Santos Guerra**

General de Divisão – Exército Brasileiro

COMISSÃO DEBATE DESTINAÇÃO DA FAIXA DE 700 MHZ

Representantes de diversos setores interessados debaterão com os senadores os interesses econômicos e estratégicos da faixa que deixará de ser usada pelas TVs abertas em 2018.

8-7-2013

A Comissão de Ciência e Tecnologia promove amanhã, às 9 horas, audiência para debater a destinação e a licitação da faixa de 700 MHz no País. A faixa, atualmente em uso pelas TVs abertas, deve ser liberada até 2018, com a migração das emissoras para a tecnologia digital. A intenção do Governo Federal é licitar o espectro de 700 MHz para a tecnologia 4G já em 2014.

A faixa, no entanto, também está sendo cogitada para uso das televisões públicas, que temem ficar desalojadas com as mudanças de tecnologia digital, e pelo Exército e outros representantes das forças de segurança pública, que querem o espaço para ações de defesa nacional. Na discussão, entram ainda os setores de radiodifusão e de telefonia celular.

Autor do requerimento de debate, Lobão Filho (PMDB – MA) destaca que a nova destinação da faixa envolve “interesses econômicos e estratégicos” e, por isso, merece uma análise mais detalhada.

“Mostra-se um cenário complexo, com muitas discussões ainda pendentes das necessárias definições, e qualquer que seja a decisão sobre a destinação da faixa de 700 MHz, todas as dúvidas e questões devem ser sanadas” — disse o Senador.

Entre os convidados para a audiência estão o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), João Batista de Rezende; o diretor executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL), Eduardo Levy; o diretor de Planejamento e Uso do Espectro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Paulo Ricardo Balduino; e o diretor-geral da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Eduardo Castro.

Cidadãos de todo o país podem participar enviando perguntas aos senadores e palestrantes por meio do Portal e-Cidadania. Também é possível a interação pelo Facebook, pelo *Twitter* e pelo Alô Senado (0800 612211).

Jornal do Senado

Fonte: (<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/07/08/comissao-debate-destinacao-da-faixa-de-700-mhz>)

TV NÃO SERÁ PREJUDICADA NA LICITAÇÃO DA FAIXA DOS 700 MHZ, DIZ ANATEL

Presidente da agência reguladora afirmou que quantidade menor do espectro será licitada caso se verifique que TV aberta perderá espaço.

10-7-2013

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), João Batista de Rezende, garantiu que nenhuma emissora de TV será prejudicada no remanejamento da faixa dos 700 MHz do espectro eletromagnético. O governo pretende usar grande parte da faixa, hoje ocupada pela TV aberta, para instalar a tecnologia de quarta geração (4G) de telefonia celular.

Rezende falou em uma audiência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A reunião foi presidida por Zeze Perrella (PDT – MG) e requerida por Lobão Filho (PMDB – MA).

A licitação deve ocorrer em 2014

O diretor-geral da EBC, Eduardo Castro, manifestou o temor com o remanejamento das faixas, lembrando que emissoras públicas também devem ter espaço garantido.

Para o comandante do Centro de Comunicação e Guerra Eletrônica do Exército, general Antônio dos Santos Guerra Neto, também é preciso assegurar uma faixa exclusiva para a segurança pública.

O presidente da Anatel afirmou que nenhuma emissora será prejudicada e que haverá uma quantidade de mega-hertz destinada à segurança pública. Para ele, a TV aberta deve ser preservada, mesmo que a licitação tenha que ser menor do que o planejado inicialmente.

“Se algum radiodifusor for prejudicado porque ele tem que ser remanejado ou não vai ter o seu serviço, nós vamos ter que licitar menos quantidade de espectro para preservar também a radiodifusão.”

Segundo Rezende, em 1.500 municípios pode haver problemas no remanejamento, porque são lugares com um maior número de emissoras de TV. No entanto, em 4.200 cidades a faixa não é ocupada. O diretor da Anatel garantiu, porém, que não é intenção do governo excluir nenhuma emissora de TV aberta.

Jornal do Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/07/10/tv-nao-sera-prejudicada-na-licitacao-da-faixa-dos-700-mhz-diz-anatel>

TELEFONIA MÓVEL ARCARÁ COM CUSTO DE REMANEJAMENTO

10-7-2013

Questionado por Lobão Filho (PMDB – MA) sobre a possibilidade de a licitação dos 700 MHz financiar o processo de transferência do sinal analógico para o digital, o presidente da Anatel afirmou que essa é a intenção. Ele explicou que os vencedores terão de arcar com os custos de remanejamento das emissoras e outras questões, como filtros para impedir interferência de sinal.

Jornal do Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/07/10/telefoniamovel-arcaracomcustode-remanejamento>

EMISSORAS TEMEM INTERFERÊNCIA DE CELULAR

10-7-2013

Os representantes das TVs alertaram para o risco de interferência do sistema de telefonia no sinal da TV aberta. Segundo Paulo Ricardo Balduino, um dos diretores da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), é preciso fazer testes rigorosos para impedir a interferência, que provoca “a tela preta” na TV aberta. O representante da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA), Walter Vieira Ceneviva, declarou que os testes ainda não foram concluídos e que a antecipação da mudança da TV aberta para a digital é grave:

– Pode acontecer que os receptores de televisão nada captem.

Jornal do Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/07/10/emissorastememinterferenciade-celular>

TECNOLOGIA É ABRANGENTE E REQUER MENOS ANTENAS

10-7-2013

A faixa dos 700 MHz é ocupada pelas emissoras de TV aberta. Com a transferência do sinal analógico para o digital, será possível mais emissoras ocuparem o mesmo espaço do espectro.

A transferência definitiva para o padrão digital estava marcada para 2016. No entanto, o governo resolveu antecipar o desligamento da TV analógica para 2015 nas grandes cidades e prorrogar para 2018 nos demais municípios, a fim de liberar a faixa dos 700 MHz para a instalação da tecnologia 4G de telefonia celular.

A faixa é ideal para a telefonia celular por alcançar grandes distâncias com menos antenas.

Jornal do Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/07/10/tecnologiaeabrangeenteerequer-menos-antenas>

DIA 10-7-2013 – 12ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES (22ª REUNIÃO DA CCT E 28ª REUNIÃO DA CRE)



Foto: Lia de Paula

Tema: “DENÚNCIAS VEICULADAS NA IMPRENSA NACIONAL SOBRE A REDE DE ESPIONAGEM MONTADA EM BRASÍLIA PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS, QUE MONITORARAM MILHÕES DE E-MAILS E LIGAÇÕES DE BRASILEIROS”

Requerimento(s) de realização de audiência: RCT 28/2013, Senador Zeze Perrella (PDT – MG); e RRE 48, Senador Ricardo Ferraço (PMDB – ES), e 61/2013, Senador Cícero Lucena (PSDB – PB)

CONVIDADOS

- **Celso Amorim**

Ministro de Estado – Ministério da Defesa – MD

- **Embaixador Antonio de Aguiar Patriota**

Ministro de Estado – Ministério das Relações Exteriores – MRE

- **General de Exército José Elito Carvalho Siqueira**

Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI

BRASIL PODE PROCESSAR EUA POR ESPIONAGEM

Ministro das Relações Exteriores admite, durante audiência pública no Senado, a possibilidade de o país entrar com representação em organismos internacionais.

11-7-2013

O Brasil não hesitará em representar contra os Estados Unidos em organismos internacionais quanto à violação de acordos e de soberania por ações de espionagem em território nacional.

A afirmação é do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, que ontem participou de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Feita em conjunto com comissão homônima da Câmara e com a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado, a audiência também contou com o Ministro da Defesa, Celso Amorim, e o Ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), José Elito Carvalho Siqueira.

Patriota disse que o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Thomas Shannon, não lhe deu muitas informações, mas admitiu que os Estados Unidos registram metadados, com a identificação do número de telefone discado, data, horário e o tráfego de e-mails, mas sem acessar o conteúdo. Também teria informado que os Estados Unidos não têm convênio com empresa brasileira para coleta de dados.

A denúncia será debatida hoje e amanhã na convenção do Mercosul no Uruguai, segundo Patriota. Ele adiantou que o Brasil promoverá na União Internacional de Telecomunicações, em Genebra, o aperfeiçoamento das regras de segurança nas comunicações e lançará iniciativas contra abusos e invasão da privacidade.

— Estão em jogo a soberania e o respeito à nossa legislação.

Investimentos

Amorim defendeu mais investimentos em tecnologia e a construção de satélite brasileiro, que vai aperfeiçoar a segurança das informações. Segundo ele, dados militares são criptografados com sistema desenvolvido pelo GSI, mas as ferramentas de proteção das demais redes são todas estrangeiras.

— O que investimos na segurança cibernética é relativamente pouco, mais ou menos um quarto do que investe o Reino Unido — admitiu.

José Elito negou que haja acordo para troca de informações. O que existe, afirmou, é a movimentação diplomática de adidos e pessoas da área de inteligência, a exemplo do que ocorre nos demais países.

— Temos 20 países com 40 representantes de órgãos de inteligência. Não há nenhum problema em ter isso conduzido dessa forma — afirmou.

O presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB – ES), considerou que o Brasil deve mostrar que não tolera violações na soberania. O presidente da CCT, Zeze Perrella (PDT – MG), disse que o caso contribuiu para a discussão do marco regulatório da internet. Roberto Requião (PMDB – PR) e Inácio Arruda (PCdoB – CE) também comentaram as denúncias.

Jornal do Senado

Fonte: (<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/07/11/brasil-pode-processar-eua-por-espionagem>)

DIA 11-7-2013 – 13ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES (24ª REUNIÃO DA CCT E 29ª REUNIÃO DA CRE)



Foto: Lia de Paula

Tema: “DENÚNCIAS VEICULADAS NA IMPRENSA NACIONAL SOBRE A REDE DE ESPIONAGEM MONTADA EM BRASÍLIA PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS, QUE MONITORARAM MILHÕES DE E-MAILS E LIGAÇÕES DE BRASILEIROS”

Requerimento(s) de realização de audiência: RCT 28/2013, Senador Zeze Perrella (PDT – MG); e RRE 48, Senador Ricardo Ferraço (PMDB – ES), e 61/2013, Senador Cícero Lucena (PSDB – PB)

CONVIDADO

- **Paulo Bernardo**

Ministro de Estado – Ministério das Comunicações – MiniCom

TELEFONE E INTERNET NO BRASIL SÃO VULNERÁVEIS, AFIRMA MINISTRO

Em audiência sobre caso de espionagem, Paulo Bernardo disse que Governo brasileiro não põe na internet informações estratégicas.

12-7-2013

O uso de telefone e internet no Brasil está sujeito a uma série de vulnerabilidades de segurança, disse o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Segundo ele, a internet é controlada por grandes corporações e pelo governo dos EUA, “que têm vinculação contratual privilegiada com a Icanm”, responsável pela coordenação mundial do sistema de identificadores exclusivos da internet.

O ministro participou ontem de uma audiência pública no Senado sobre as denúncias de que uma rede de espionagem montada em Brasília pelo governo dos EUA estaria monitorando e-mails e telefonemas de brasileiros.

O ministro afirmou que o governo trata com muito cuidado as informações estratégicas, evitando colocar na internet dados que não podem ser compartilhados. Foi o caso, por exemplo, da descoberta das jazidas de petróleo do pré-sal.

Bernardo relatou uma conversa que teve com o embaixador norte-americano no Brasil, Thomas Shannon, logo após a denúncia. O embaixador, contou o ministro, negou que o governo norte-americano tenha convênio com empresas sediadas no Brasil que teriam participado do esquema de espionagem.

Paulo Bernardo informou que há apenas 13 servidores-raiz da internet no mundo e eles são supervisionados pela Icanm e pelo Departamento de Comércio dos EUA.

Outro problema é o fato de as principais empresas da internet serem dos EUA, submetendo-se à jurisdição daquele país. O armazenamento de dados brasileiros é feito em *data centers* no exterior.

Paulo Bernardo disse que o governo brasileiro vai insistir, nos foros internacionais, numa governança multilateral da internet, para garantir a preservação dos interesses soberanos de cada país e os direitos dos cidadãos.

A audiência foi realizada pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Jornal do Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/07/12/telefone-e-internet-no-brasil-sao-vulneraveis-afirma-ministro>

BERNARDO: CABO LIGARÁ PAÍS À EUROPA E EVITARÁ QUE DADOS PASSEM PELOS EUA

12-7-2013

A mesma vulnerabilidade de segurança da internet está presente nas chamadas internacionais, informou o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Quando alguém liga do Brasil para outro País, ou utiliza o celular brasileiro no exterior, há troca de informações entre as operadoras brasileiras e estrangeiras e registros de dados como número de origem e de destino, duração e horário da chamada. O embaixador norte-americano, Thomas Shannon, disse ao ministro que seu país só tem esses registros, e não os conteúdos das conversas.

Paulo Bernardo anunciou plano para construção de cabos submarinos ligando o Brasil à Europa e à África, evitando o tráfego de dados pelos EUA. Outra iniciativa é a construção de um anel óptico continental, que também evitaria tráfego pelos EUA na comunicação com a América Latina. O ministro anunciou ainda a intenção do País de manter um satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas, restringindo o tráfego à esfera do governo.

Jornal do Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/07/12/bernardo-cabo-ligara-pais-a-europa-e-evitara-que-dados-passem-pelos-eua>

4.1 SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS-RARAS NO BRASIL – CCTSTTR

A Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras-raras no Brasil – CCTSTTR, ou simplesmente Subcomissão de Terras-raras, foi criada a partir do Requerimento (RCT) nº 22 de 2012, aprovado em reunião da CCT do dia 23 de maio daquele ano.

O requerimento, da iniciativa do Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB – SC), trouxe ao Senado Federal a proposta de criação de uma subcomissão para discutir “ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor”.

Proposição da mais alta relevância, e que contou com o apoio irrestrito do plenário da CCT, teve a leitura do requerimento e a indicação dos seus membros pelo Presidente da CCT, Senador Zeze Perrella (PDT – MG), em reunião de 26 de março de 2013.

Instalada a Subcomissão das Terras-raras em reunião da CCTSTTR (a primeira) no dia 2 de abril seguinte, com a eleição dos seus Presidente e Vice, respectivamente os Senadores Anibal Diniz (PT – AC) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB – SP), foi então indicado pela Presidência da CCTSTTR para a relatoria o Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB – SC).

A partir daí já passou a contar a subcomissão com um plano de trabalho apresentado pelo seu relator, que propôs a realização de um ciclo de audiências públicas visando à instrução do plenário e senadores membros na realização dos trabalhos.

Foram realizadas cinco audiências públicas conjuntas entre a Subcomissão de Terras-raras e a própria CCT, que receberam 23 expositores das mais diversas áreas e especialidades, como empresários, cientistas, prefeitos, consultores e autoridades do governo, além de representante do Exército Brasileiro, que apresentou o Projeto Proteger, destacando a relevância do tema.

Foram inúmeras e extremamente ricas as contribuições. Conforme a deliberação inicial feita pela Presidência da CCT, em conjunto com a Presidência da CCTSTTR e também com o seu relator, os trabalhos estão programados para conclusão em 30 de agosto de 2013, com a apresentação de relatório e proposta de projeto de lei.

De tudo o quanto foi apurado, a principal conclusão, comum a todos que contribuíram aos debates, é que deve ser trabalhada toda a cadeia produtiva, desde a mineração e extração dos elementos de terras-raras, até a produção de produtos de alta tecnologia que empregam esses materiais, passando também pelo processo de beneficiamento.

O Senado Federal, por meio da CCT e da CCTSTTR, contribuirão para a elaboração desse marco regulatório, inclusive como forma de adentrar na discussão do marco regulatório da mineração, enviado recentemente pelo Governo Federal para o Congresso Federal.

Faremos adiante um apanhado das audiências públicas realizadas para um melhor acompanhamento e registro do assunto.

COMISSÃO DEBATERÁ EXPLORAÇÃO DE TERRAS-RARAS

Gorette Brandão

16-4-2013

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou, nesta terça-feira (16), requerimento para realização de ciclo de audiências para debater soluções que assegurem a exploração pelo Brasil das jazidas de terras-raras, recursos naturais que contêm elementos químicos essenciais ao funcionamento de equipamentos de alta tecnologia. Atualmente, a China possui controle quase absoluto do mercado mundial.

Para o primeiro debate, em data a ser divulgada, será convidado o vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), João Carlos Ferraz, além de integrantes do alto escalão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério de Minas e Energia. A lista inclui ainda representantes do Senai e de entidades que atuam na pesquisa e inovação tecnológica.

O pedido para a realização do ciclo foi feito pelo senador Luiz Henrique (PMDB – SC), com apoio de Vital do Rêgo (PMDB – PB). As audiências serão em conjunto com a Subcomissão Temporária para Elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras-raras no Brasil, que funciona no âmbito da própria CCT.

A subcomissão foi criada no ano passado a partir de proposição do próprio Luiz Henrique, que ocupa a função de relator dos trabalhos. O objetivo é discutir ações para esses minerais estratégicos, finalizando os trabalhos com a oferta de um projeto de lei para a instituição de um marco regulatório que estimule não somente a exploração de terras-raras, como também o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva a partir de seus recursos.

– O ciclo de debates será o início da coleta de subsídios para a realização do projeto que estabeleça o marco regulatório – observou Luiz Henrique, salientando o caráter estratégico do assunto para o futuro do País.

Vital do Rêgo lamentou que o assunto até então não tivesse recebido a atenção necessária do Congresso. Ele disse que a iniciativa de Luiz Henrique possibilita a discussão antes que os parlamentares sejam “surpreendidos” com projeto de lei ou medida provisória do governo sobre tema que, a seu ver, se relaciona com prerrogativa primária dos congressistas.

Os elementos químicos das terras-raras estão presentes em *tablets*, aparelhos celulares, *lasers*, turbinas de energia eólica, aparelhos de ressonância magnética, mísseis teleguiados e carros híbridos (movidos a gasolina e eletricidade), entre outras invenções.

A China entrou com força na produção em meados dos anos 80, adotando estratégia agressiva de negócio. Com subsídios estatais à pesquisa tecnológica e à extração, conseguiu dominar o mercado internacional praticando preços irrisórios. Após o desmonte da produção em outros países, mudou sua política: reduziu a produção e as exportações, forçando abrupta elevação dos preços.

Agência Senado

Fonte: http://www.senado.gov.br/senado/programas/senadoverde/detalha_noticias.asp?codigo=114306

DIA 14-5-2013 – 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA (2ª REUNIÃO DA CCTSTTR E 9ª REUNIÃO DA CCT)



Foto: Jane de Araújo/Agência Senado

Tema: “AÇÕES PARA OS MINERAIS ESTRATÉGICOS PARA O PAÍS, COM A CRIAÇÃO DE UM NOVO MARCO REGULATÓRIO QUE POSSIBILITE O DESENVOLVIMENTO DE UMA CADEIA PRODUTIVA PARA O SETOR”

Requerimento(s) de realização de audiência: RCT 03/2013, Senador Luiz Henrique (PMDB – SC) e outros; e Requerimento CCTSTTR 01/2013, Senador Luiz Henrique (PMDB – SC) e outros

CONVIDADOS

- **Álvaro Toubes Prata**

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI

- **Carlos Nogueira da Costa Júnior**

Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – Ministério de Minas e Energia – MME

- **Fernando Antônio Freitas Lins**

Diretor do Centro de Tecnologia Mineral – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI

- **Carlos Alberto Schneider**

Superintendente-Geral – Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI

- **José Guilherme da Rocha Cardoso**

Chefe do Departamento de Indústria de Base – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- **Jefferson de Oliveira Gomes**

Gerente Executivo de Inovação e Tecnologia – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI

AUDIÊNCIA MOSTRA NECESSIDADE DE TECNOLOGIA E CAPACITAÇÃO PARA EXPLORAR TERRAS-RARAS

14-5-2013

O Brasil é rico em terras-raras, possui conhecimento tecnológico para começar a extração e produção desses elementos, mas precisa aprimorar a tecnologia e capacitar o setor empresarial. Isso se evidenciou em audiência pública conjunta entre a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e a Subcomissão Temporária para Elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e Exploração de Terras-raras no Brasil, realizada nesta terça-feira (14).

Para o relator da subcomissão, Senador Luiz Henrique (PMDB – SC), o objetivo é fazer com que o Brasil domine todas as etapas do processo de aproveitamento desses minerais estratégicos.

– O Brasil não pode mais uma vez cometer o erro que cometeu nas décadas de 1930 a 1950, quando virou exportador de minérios radioativos e se negou a dominar a tecnologia nuclear – afirmou o senador.

O Presidente da subcomissão, Senador Anibal Diniz (PT – AC), disse que a intenção é finalizar o relatório para elaboração do projeto de lei sobre terras-raras até o dia 30 de agosto e, assim, buscar a aprovação de uma lei que garanta segurança jurídica aos investidores que decidirem apostar na pesquisa, na extração e na industrialização desses minérios estratégicos.

Terras-raras no mundo

De acordo com os expositores, o Brasil é rico em terras-raras, que são 17 elementos químicos utilizados em tecnologias de ponta, como ímãs que aumentam a capacidade de geradores elétricos, por exemplo. No entanto, hoje, a China detém 87% da exploração de terras-raras. O Brasil é responsável por apenas 0,28% da exploração desses minérios.

A partir de 2005, a disponibilidade dos elementos terras-raras no mundo se tornou mais crítica, devido à falta de investimento dos países e sua dependência da China. Segundo o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Álvaro Prata, os países começaram a buscar mais independência da China, o que tem diminuído os preços desses minérios.

– O preço dos elementos terras-raras aumentou muito, mas, a partir dessa preocupação de que precisamos nos envolver com a produção e com o domínio das tecnologias associadas às terras-raras, os preços já começaram a cair –, afirmou.

Segundo Prata, a previsão é de que o Brasil ainda não consiga dominar as tecnologias da cadeia produtiva das terras-raras em 2015.

– Hoje há uma retomada grande do interesse nos elementos terras-raras e há uma série de projetos em diferentes fases em diferentes partes do mundo. No Brasil não é diferente. No entanto, a expectativa é de que nem todos os recursos estarão prontos para ser usados num futuro próximo – prevê.

Investimentos do governo

O Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI) estão integrados para elaborar propostas de aprimoramento das políticas e diretrizes voltadas para terras-raras. Segundo o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, Carlos Nogueira Júnior, um dos principais desafios do Plano Nacional de Mineração, elaborado em 2011, é continuar os mapeamentos geológicos para identificar depósitos de terras-raras de mais fácil extração.

O secretário do MCTI disse também que o ministério voltou a capacitar, qualificar e prover o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) e vai lançar este ano um edital no valor de R\$9 milhões para capacitar e qualificar os grupos de pesquisa.

Riscos do setor

Segundo os participantes da audiência, existem alguns riscos relacionados à exploração de terras-raras. Entre eles, está o risco de sobreoferta desse produto, causando um achatamento dos preços, porque muitos países estão voltando a investir no setor. De acordo com o chefe do Departamento de Indústria de Base do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), José Guilherme Cardoso, é perigoso que uma empresa se atenha somente à exploração desses minérios.

Além disso, o diretor do Cetem, Fernando Lins, afirmou que, embora os elementos terras-raras favoreçam uma economia verde, por possibilitarem uma maior eficiência energética, a extração desses minerais pode ser altamente contaminante.

Setor estratégico

As terras-raras servem para a produção de tecnologias muito usadas atualmente e de grande valor no mercado, como telas LCD, lâmpadas de LED, e geração de energia eólica, por exemplo. Os minerais estratégicos também são essenciais para viabilizar a produção de carros elétricos ou híbridos. Isso, graças aos ímãs de terras-raras.

A Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI) fez um estudo, em 2010, do que seria implementar a cadeia produtiva de ímãs de terras-raras para que o Brasil se torne fornecedor mundial desse produto. Segundo o diretor do Certi, Carlos Schneider, o Brasil tem condições de crescer de forma significativa na produção de ímãs de terras-raras.

– Nós temos, no Brasil, efetivamente muita monazita. A partir de uma tonelada de monazita concentrada, nós podemos extrair esses elementos e chegar a 360 quilos de ímã – afirmou.

Ele citou Catalão (GO) e Araxá (MG) como exemplos de cidades onde empresas estão explorando terras-raras que têm matéria-prima de muita qualidade e quantidade para a produção de ímãs.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/05/14/audiencia-mostra-necessidade-de-tecnologia-e-capacitacao-para-explorar-terras-raras>

DIA 23-5-2013 – 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA (3ª REUNIÃO DA CCTSTTR E 11ª REUNIÃO DA CCT)



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Tema: “AÇÕES PARA OS MINERAIS ESTRATÉGICOS PARA O PAÍS, COM A CRIAÇÃO DE UM NOVO MARCO REGULATÓRIO QUE POSSIBILITE O DESENVOLVIMENTO DE UMA CADEIA PRODUTIVA PARA O SETOR”

Requerimento(s) de realização de audiência: RCT 03/2013, Senador Luiz Henrique (PMDB – SC) e outros; e Requerimento CCTSTTR 01/2013, Senador Luiz Henrique (PMDB – SC) e outros

CONVIDADOS

- **Alair Veras**

Engenheiro Químico – Indústrias Nucleares do Brasil – INB

- **Paulo de Tarso Serpa Fagundes**

Diretor-Geral – Mineração Serra Verde

- **Edson Ribeiro**

Diretor de Tecnologia e Projetos Minerais – Vale do Rio Doce

MINERADORAS MANIFESTAM PREOCUPAÇÃO COM MARCO REGULATÓRIO PARA TERRAS-RARAS

23-5-2013

A definição de um marco regulatório para exploração dos chamados elementos terras-raras – utilizados na indústria de alta tecnologia, como a de *tablets*, telas LCD e veículos elétricos – tem

sido acompanhada com preocupação pelas empresas mineradoras, conforme evidenciou Paulo de Tarso Fagundes, diretor da Mineradora Serra Verde.

Também o representante da Vale S.A., Edson Ribeiro, disse temer que um regramento específico para os minerais estratégicos venha a afastar investidores e limitar o mercado. Os dois executivos participaram nesta quinta-feira (23) de audiência pública da Subcomissão Temporária de Elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras-raras no Brasil, presidida pelo Senador Anibal Diniz (PT – AC).

– O momento é de muita preocupação para o nosso setor mineral, que está à espera da definição do projeto do novo marco regulatório da mineração. Existem muitas dúvidas e indagações sobre o que será exigido pela nova lei – disse Fagundes.

Nesse mesmo sentido, o representante da Vale disse considerar a criação de um marco regulatório específico para os terras-raras “uma medida contraprodutiva”.

– Na verdade, vai trazer ainda mais incerteza para o setor produtivo. Já não chega o mercado que não existe, não tenho certeza de preço e ainda tenho uma lei restritiva e não sei se terei mercadorias para vender? Incerteza regulatória afasta o investidor, isso não atrai o investidor – frisou Edson Ribeiro.

Para o relator da subcomissão, Senador Luiz Henrique (PMDB – SC), a preocupação das empresas se deve a uma visão equivocada de que o novo marco regulatório seria estatizante. Ao contrário, o senador ressaltou que pretende caminhar no sentido de construir uma legislação que incentive o crescimento do setor.

– Temos a visão de que, se o estado não puder ajudar a atividade econômica, que ele não atrapalhe. Não queremos um marco regulatório que atrapalhe o setor de mineração, como as normas legais atuais, especificamente quanto a esse setor tão vital para o futuro do nosso País – disse Luiz Henrique.

Para o senador, o Brasil deve aproveitar a evolução da chamada indústria “inteligente”, que se vale de matérias-primas mais resistentes, mais leves e com maior eficiência energética, e investir para dominar a tecnologia de produção de bens a partir de elementos de terras-raras.

– Sabemos que a produção de ímãs de terras-raras, ímãs permanentes, terá aplicação copiosa em produtos eletroeletrônicos. Desde os automóveis híbridos, o futuro automóvel elétrico, as torres de geração de energia eólica e até mesmo um simples aspirador de pó será mais eficiente se for feito com a introdução de ímãs de terras-raras.

Mercado

A procura por esses elementos estratégicos aumentou devido à valorização da chamada “indústria verde”, produtora de equipamentos de menor consumo energético e de componentes para geração de energia limpa, como as turbinas dos parques eólicos. Também foi resultado da disseminação de produtos de alta tecnologia, como *smartphones*, e de grande valor agregado, como supercondutores e componentes para a aviação.

Essas são características dos 17 elementos químicos chamados de terras-raras, que passaram a ser disputados no mercado mundial. Para Luiz Henrique, é urgente que o País avance nesse setor, para não ficar refém da China, que controla 87% da produção e tem reduzido a oferta mundial, para atender à demanda de suas próprias indústrias.

– Temos que ter uma política de conhecimento, de domínio e capacitação tecnológica. E é isso que queremos com o marco regulatório para o setor.



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Radioatividade

Também presente ao debate, Alair Veras, das Indústrias Nucleares do Brasil, alertou para cuidados que o País deverá ter se avançar na exploração dos elementos terras-raras. Ele explicou que um dos principais minérios que contém esses elementos, a monazita, também contém urânio e tório, que são radioativos. Conforme frisou, na fase inicial da extração, a monazita está em baixa concentração, misturada a outros minérios, não representando preocupação quanto ao nível de radioatividade.

Já com o avanço do processo de mineração, quando ocorre a separação dos elementos, ele diz serem necessários licenciamentos específicos e alerta para a necessidade de um plano para transporte e manuseio do material.

– Nem todo minério de monazita contém urânio e tório, mas a maioria tem. Os que a gente conhece aqui no Brasil contém bastante urânio e tório. Alguns países abandonaram [a exploração de monazita] porque a radioatividade é difícil de ser manuseada pelo empresário privado – contou.

A subcomissão promoverá outra audiência pública no dia 6 de junho, quando pretende ouvir, entre outros convidados, especialistas do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe/UFRJ) e do Serviço Geológico do Brasil.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/05/23/mineradoras-manifestam-preocupacao-com-marco-regulatorio-para-terras-raras>

DIA 6-6-2013 – 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA (4ª REUNIÃO DA CCTSTTR E 15ª REUNIÃO DA CCT)



Foto: Pedro França/Agência Senado

Tema: “AÇÕES PARA OS MINERAIS ESTRATÉGICOS PARA O PAÍS, COM A CRIAÇÃO DE UM NOVO MARCO REGULATÓRIO QUE POSSIBILITE O DESENVOLVIMENTO DE UMA CADEIA PRODUTIVA PARA O SETOR”

Requerimento(s) de realização de audiência: RCT 03/2013, Senador Luiz Henrique (PMDB – SC) e outros; e Requerimento CCTSTTR 01/2013, Senador Luiz Henrique (PMDB – SC) e outros

CONVIDADOS

- **Francisco Valdir Silveira**

Chefe do Departamento de Recurso Minerais – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e Serviço Geológico do Brasil – CPRM

- **Marcelo Ribeiro Tunes**

Diretor de Assuntos Minerários – Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM

- **Paulo César Ribeiro Lima**

Consultor Legislativo – Câmara dos Deputados

- **Adriano Drummond Cançado Trindade**

Advogado – Pinheiro Neto Advogados

- **José Farias de Oliveira**

Professor Titular do Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE/UFRJ

APROVEITAMENTO DE TERRAS-RARAS AINDA É MUITO BAIXO NO BRASIL, APONTAM ESPECIALISTAS

6-6-2013

O Brasil precisa aproveitar as oportunidades de desenvolvimento com a exploração mineral, em especial a de terras-raras – elementos e substâncias químicas utilizadas pela indústria de alta tecnologia. A recomendação é do Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB – SC), relator da Subcomissão Temporária das Terras-raras do Brasil, criada no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) para elaborar projeto de lei do Marco Regulatório da Mineração.

Na avaliação de Luiz Henrique, o Brasil possui grande potencial minerador, mas não explora de forma eficiente as reservas. Para ele, o País deve fazer uma opção política que permita reunir os recursos para desenvolver o setor.

– A subcomissão foi criada pela angústia de ver o Brasil não ter domínio em matérias importantes e perder oportunidades para o seu desenvolvimento. Isso aconteceu com o desenvolvimento atômico e não gostaríamos que acontecesse a mesma coisa com a exploração de terras-raras – disse o senador, durante audiência pública, nesta quinta-feira (6), promovida pela subcomissão em conjunto com a CCT,

O Poder Executivo vai enviar ao Congresso Nacional proposta para criação do Marco Regulatório da Mineração, informou o presidente da Subcomissão de Terras-raras, Senador Aníbal Diniz (PT – AC). Ele elogiou a decisão da Presidenta Dilma Rousseff de tratar a matéria por meio de projeto de lei, em vez de medida provisória, o que permitirá o aprofundamento da discussão do tema pelos parlamentares.

Entre as dificuldades para explorar os recursos minerais, disse o chefe do Departamento de Recursos Minerais da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Francisco Valdir Silveira, está a falta de conhecimento do território brasileiro. Mesmo que não se deva explorar minerais em terras indígenas ou em reservas ambientais, ressaltou, é importante existir o mapeamento de todas as regiões. Para isso, ele defendeu maior envolvimento entre os órgãos estatais como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Ministério da Defesa.

Ao explicar que equipamentos modernos, como celulares e *tablets*, utilizam os elementos químicos de terras-raras, o diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Marcelo Ribeiro Tunes, também ressaltou a necessidade de o Brasil dominar a cadeia produtiva da mineração como um todo. Ele observou que há potencialidade no País, no entanto a deficiência tecnológica dificulta o desenvolvimento da área.

Diferente do petróleo, que possui valor como produto bruto, disse o consultor legislativo da Câmara dos Deputados, Paulo César Ribeiro Lima, os minerais adquirem valor agregado com a cadeia produtiva. Assim, ressaltou, são necessários investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ciência e tecnologia, bem como na indústria. Para ele, o desenvolvimento da mineração brasileira depende de decisão política e de recursos.

Também para o especialista em direito mineral Adriano Drummond Cançado Trindade, só o conhecimento aliado a recursos orçamentários torna os minérios economicamente aproveitáveis, o que fará com que atraiam mais investimentos. Ele considerou fundamental a atualização da lei de mineração para oferecer segurança jurídica e previsibilidade às partes envolvidas. Porém, disse ser necessária ainda uma reforma das instituições para trabalhar pelo desenvolvimento do setor.

O professor do Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Farias de Oliveira, explicou que o termo terras-raras define os minerais e elementos químicos monazita, bastnasita, xenó, lantânio, cério, praseodímio, neodímio, promécio, samário, európio, gadolínio, térbio, disprósio, hólmio, érbio, túlio, itérbio, lutécio, encontrados em minerais. Ele também explicou que o mineral se transforma em minério quando adquire valor comercial e os elementos de terras-raras encontrados neles nem sempre são de fácil captação, são complexos e radiativos.

A audiência pública faz parte do ciclo de debates da subcomissão, responsável pela elaboração de um projeto de lei de Marco Regulatório da Mineração e da exploração das terras-raras no território brasileiro. Criada por iniciativa do Senador Luiz Henrique, a subcomissão visa contribuir com o desenvolvimento de uma cadeia produtiva na área da mineração e com as ações para exploração de minerais estratégicos para o País.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/06/06/comissao-debate-potencial-do-brasil-na-mineracao-de-terras-raras>

DIA 27-6-2013 – 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA (5ª REUNIÃO DA CCTSTTR E 19ª REUNIÃO DA CCT)



Foto: José Cruz/Agência Senado

Tema: “AÇÕES PARA OS MINERAIS ESTRATÉGICOS PARA O PAÍS, COM A CRIAÇÃO DE UM NOVO MARCO REGULATÓRIO QUE POSSIBILITE O DESENVOLVIMENTO DE UMA CADEIA PRODUTIVA PARA O SETOR”

Requerimento(s) de realização de audiência: RCT 03/2013, Senador Luiz Henrique (PMDB – SC) e outros; e Requerimento CCTSTTR 01/2013, Senador Luiz Henrique (PMDB – SC) e outros

CONVIDADOS

- **Jorge Luiz Brito Cunha Reis**

Coordenador-Geral de Transportes, Mineração e Obras Civas Substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

- **Antenor Silva**

CEO – MBAC Fertilizantes

- **Tadeu Carneiro**

Diretor-Geral da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

- **Tetsuichi Takagi**

Líder do Grupo de Pesquisa de Recursos Minerais – AIST do Governo do Japão

FALTA DE TECNOLOGIA IMPEDE QUE BRASIL EXPLORE TERRAS-RARAS, AFIRMA ESPECIALISTA

27-6-2013

O desenvolvimento da exploração de terras-raras – substâncias químicas utilizadas pela indústria de alta tecnologia – depende de investimento contínuo em conhecimento científico e tecnológico. Essa é a opinião do diretor-geral substituto da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), Tadeu Carneiro, que participou, nesta quinta-feira (27), de audiência pública conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Subcomissão Temporária das Terras-raras do Brasil.

Tadeu Carneiro explicou que esses elementos não são nem terras, nem raras, pois são encontrados em abundância em vários locais, associados a outros minerais. No entanto, a falta de conhecimento tecnológico impede que sejam explorados e com mais valor agregado, ressaltou o representante da CBMM.

– Não basta descobrir o recurso; tem de resolver desafios de estrutura e de investimento em tecnologia para que o recurso vire uma realidade – ressaltou.

O Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB – SC) defendeu parcerias do setor público com o privado para possibilitar o domínio científico e tecnológico no setor. Ele considerou “equivocada” a decisão do País de não prosseguir, nos anos 90, com o desenvolvimento conquistado.

A subcomissão foi criada, explicou o Senador Luiz Henrique, para elaborar projeto de lei que crie o Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras-raras no Brasil que permita ao setor privado investir de forma ágil e com segurança jurídica e multiplicar os efeitos das pesquisas na área.

Os projetos para o desenvolvimento da área, ressaltou Tadeu Carneiro, são de longo prazo. Ele relatou o sucesso da exploração e processamento de Nióbio, muito usado na fabricação de aço, iniciado há 50 anos, em Araxá, sem que houvesse conhecimento tecnológico e de mercado. Atual-

mente, informou, o projeto conta com parceiros e clientes no mundo inteiro e responde por mais de 80% da produção mundial de nióbio.

Ele ainda informou que o município conta hoje com 50% mais vegetação do que quando o projeto teve início; 95% da água utilizada no processo de extração é reciclada, índice que chegará a 97% em dois anos; e a qualidade do ar melhorou cinco vezes mais que o índice legal exigido.

Além disso, disse, a comunidade é incluída no projeto, e conta com programas habitacionais, fornecimento de equipamentos para a criação de escola técnica para o Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e subsídio para a educação dos filhos dos trabalhadores, desde o nascimento até a universidade. A comunidade ainda é beneficiada, ressaltou, com programas de atendimento médico e odontológico, bem como com programa de aposentadoria. Ele disse acreditar que esse modelo pode ser aplicado à exploração das terras-raras.

A China é o país que mais produz e consome insumos provenientes das terras-raras, informou o chefe-executivo da MBAC Fertilizantes, Antenor Silva. Já o Japão possui a tecnologia mais avançada no que diz respeito à exploração desses elementos, mas não a exporta. Ele observou que, cada vez mais, as tecnologias limpas vão fazer uso das terras-raras e citou, como exemplo, o emprego desses elementos na indústria de computadores, televisões, lâmpadas e ar condicionado, entre outras aplicações.

O líder do Grupo de Pesquisa de Recursos Minerais do governo do Japão, Tetsuichi Takagi, também destacou a relevância da China no setor das terras-raras. Ele informou que aquele país possui metade das terras-raras do mundo e que é responsável por 90% da produção mundial. Até os anos de 1990, observou, os líderes mundiais eram os Estados Unidos e a Índia.

A demanda de terras-raras em todo o mundo, destacou Takagi, vem aumentando desde 2007, e o governo Japonês também vem aumentando os investimentos no setor. Em 2010, foram US\$120 milhões para desenvolvimento de materiais, e US\$460 milhões para diversificar a fonte de fornecimento desses elementos.

Takagi ressaltou a importância das terras-raras no fornecimento de energia elétrica. O Japão, informou, tem enfrentado problemas com o fornecimento de energia elétrica e, atualmente, 50% da demanda provém de motores elétricos que utilizam as terras-raras.

Atualmente, não existe nenhuma solicitação de licenciamento relativo à exploração de terras-raras, nem processos de licenciamento em análise, informou o coordenador-geral de Transporte, Mineração e Obras Cíveis do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Jorge Luiz Brito Cunha Reis. A regulação da atividade, observou, é feita por meio de regulamento administrativo.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/06/27/falta-de-tecnologia-impede-que-brasil-explore-terras-raras-afirma-especialista>

**DIA 11-7-2013 – 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA
(6ª REUNIÃO DA CCTSTTR E 23ª REUNIÃO DA CCT)**



Tema: “AÇÕES PARA OS MINERAIS ESTRATÉGICOS PARA O PAÍS, COM A CRIAÇÃO DE UM NOVO MARCO REGULATÓRIO QUE POSSIBILITE O DESENVOLVIMENTO DE UMA CADEIA PRODUTIVA PARA O SETOR”

Requerimento(s) de realização de audiência: RCT 03/2013, Senador Luiz Henrique (PMDB – SC) e outros; e Requerimento CCTSTTR 01/2013, Senador Luiz Henrique (PMDB – SC) e outros

CONVIDADOS

- **José Fernando Iasbech**

General de Brigada e Gerente do Projeto Proteger – Exército Brasileiro

- **Jeová Moreira da Costa**

Prefeito do Município de Araxá/MG

- **Maurides Rodrigues Nascimento**

Prefeito do Município de Minaçu/GO

- **Pedro Jorge Cherehe Júnior**

Prefeito do Município de São Francisco de Itabapoana/RJ

ÚLTIMA AUDIÊNCIA OUVI PREFEITOS E GENERAL SOBRE TERRAS-RARAS

12-7-2013

A Subcomissão de Terras-Raras encerrou ontem o ciclo de audiências públicas para auxiliar na elaboração do marco regulatório de mineração em terras-raras. Com as contribuições de um general do Exército e de prefeitos de cidades onde há a exploração dos minerais estratégicos, os senadores devem partir para a análise dos debates. A audiência foi feita em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), da qual a subcomissão faz parte.

O general de brigada do Exército José Fernando Iasbech explicou o Projeto Proteger, iniciado em 2012, em que oficiais remapearam a infraestrutura crítica do Brasil. Segundo ele, ainda é preciso uma cartografia básica para fazer o mapeamento geológico de todo o país.

— Assim, poderemos ganhar tempo nessa exploração.

O prefeito de Araxá (MG), Jeová Moreira da Costa, falou que 70% da arrecadação municipal vem da exploração mineral da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração. O município quer criar um centro de pesquisa para desenvolver tecnologia de utilização do nióbio e das terras-raras. Costa defendeu que, no marco regulatório, os municípios mineradores tenham direito a *royalties*.

O prefeito de Minaçu (GO), Maurides Rodrigues Nascimento, falou sobre o projeto da Mineradora Serra Verde para aproveitamento de uma jazida de terras-raras no município. A empresa investirá de R\$300 milhões a R\$600 milhões para instalar uma unidade de extração.

— Com o início da operação previsto para 2016, o projeto de Minaçu da Mineradora Serra Verde será o primeiro a produzir terras-raras críticas com baixo custo de classe mundial no Brasil — informou Nascimento.

O prefeito de São Francisco de Itabapoana (RJ), Pedro Jorge Cherene Júnior, disse que na cidade está suspensa a exploração de monazita — mineral que possui terras-raras — feita pela empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB). A empresa exporta para a China apenas o que está estocado. Segundo Cherene, a cidade tem o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado. Ele informou que, por solicitação da prefeitura, há 20 dias foram feitos estudos por técnicos do INB para identificar novas áreas que possam conter monazita na região.

Jornal do Senado

Fonte: (<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/07/12/ultima-audiencia-ouve-prefeitos-e-general-sobre-terras-raras>)

TRABALHOS DA SUBCOMISSÃO DEVEM SER CONCLUÍDOS EM 30 DE AGOSTO

12-7-2013

A subcomissão deve concluir os trabalhos em 30 de agosto. De acordo com o presidente do colegiado, Anibal Diniz (PT – AC), foram feitas seis audiências com 23 expositores — empresários, autoridades, prefeitos, especialistas e juristas, além de representantes das embaixadas do Japão e da Austrália.

— O Brasil deve investir em toda a cadeia produtiva, de forma articulada e perene, pois a evolução exige um bom ciclo de anos — disse Anibal.

Para o relator, Luiz Henrique (PMDB – SC), o objetivo é fazer com que o país invista no desenvolvimento científico e tecnológico no setor, envolvendo a iniciativa pública e privada.

— O objetivo então é esse: fazer com que o Brasil tenha uma decisão política de investir no desenvolvimento científico e tecnológico nessa área. E, dentro dessa decisão política, o país tem que integrar a iniciativa pública com a iniciativa privada — afirmou.

Jornal do Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/07/12/trabalhos-da-subcomissao-devem-ser-concluidos-em-30-de-agosto>

5. PROPOSIÇÕES APRECIADAS

5.1 PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS (TERMINATIVO)

DIA 12–3–2013 – 2ª REUNIÃO

PLS nº 394, de 2009, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Dispõe sobre a utilização de espaços publicitários, denominações, bandeiras, lemas, hinos, marcas, logotipos e símbolos relativos à Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) 2014 e à Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, assim como a organizadores, mantenedores dos direitos da FIFA, seleções e atletas participantes”. **RELATORIA:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Pela declaração de prejudicialidade. **RESULTADO:** Aprovada a declaração de prejudicialidade da matéria.

5.2 PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS (NÃO TERMINATIVO)

DIA 28–5–2013 – 13ª REUNIÃO

PLS Nº 387, de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que “Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências”. **RELATORIA:** Senador Cristovam Buarque. **PARECER:** Pela aprovação com emendas. **RESULTADO:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, com as emendas nº 01 a 05 – CCT.

PLS Nº 321, de 2012, não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “Dispõe sobre o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia – SISTENET, seu regime tributário diferenciado e dá outras providências”. **RELATORIA:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Pela aprovação com emendas. **RESULTADO:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, com as emendas nº 01 a 04 – CCT.

DIA 11–6–2013 – 16ª REUNIÃO

PLS Nº 406, de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Humberto Costa, que “Confere prioridade aos inquéritos e ações penais nos delitos de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa como crimes hediondos e estabelece regras para a obtenção da prova”. **RELATORIA AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Pela rejeição. **RESULTADO:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, contrário ao Projeto.

PLS Nº 679, de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que “Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural”. **RELATORIA:** Senador Ivo Cassol. **PARECER:** Pela aprovação, nos termos da emenda substitutiva. **RESULTADO:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, nos termos da emenda nº 02 – CCT (Substitutivo).

DIA 2-7-2013 – 20ª REUNIÃO

PLS Nº 474, de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física”. **RELATORIA AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Pela aprovação. **RESULTADO:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto.

5.3 PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC (NÃO TERMINATIVO)

DIA 28-5-2013 – 13ª REUNIÃO

PLC Nº 65, de 2012, não terminativo, de autoria do Deputado Leonardo Monteiro, que “Acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991”. **RELATORIA:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Pela rejeição. **RESULTADO:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, contrário ao Projeto.

5.4 PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC (TERMINATIVO)

DIA 28-5-2013 – 13ª REUNIÃO

PLC Nº 54, de 2012, terminativo, de autoria do Deputado Valdir Colatto, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas”. **RELATORIA AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Pela aprovação. **RESULTADO:** Aprovado o Projeto.

5.5 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO (PDS)

DIA 12-3-2013 – 2ª REUNIÃO

PDS Nº 389, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORNADORES DO CONJUNTO SÃO JOAQUIM – AMCOSAJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina, Estado do Piauí”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 441, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASILEIRA DE ESPORTES COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rosa de Goiás, Estado de Goiás”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 442, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DE ISRAELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Israelândia, Estado de Goiás”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 457, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA COTEGIPENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 458, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à NASSAU EDITORA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Walter Pinheiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 465, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à C.P.Z. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Walter Pinheiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 542, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA NOVO MARACANÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 16–4–2013 – 6ª REUNIÃO

PDS Nº 704, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE TRÊS RANCHOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Ranchos, Estado de Goiás”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cristovam Buarque. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 6, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E COMUNITÁRIO DE MATRIZ – DISTRITO DE IPUEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará”. **RELATOR AD HOC:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 444, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO de COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA ROSALINA DA SILVEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florínea, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Luiz Henrique. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 464, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOMBRASIL CO-

MUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 471, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GRAVATAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gravatal, Estado de Santa Catarina”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 544, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA TIMBAÚVA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATORA:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 552, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Luiz Henrique. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 556, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO COSTA NORTE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bertoga, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cristovam Buarque. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 558, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR AD HOC:** Senador Luiz Henrique. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 559, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ALFA CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muaná, Estado do Pará”. **RELATOR AD HOC:** Senador Luiz Henrique. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 560, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO LAVRAS FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR AD HOC:** Senador Luiz Henrique. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 563, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ULTRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cristovam Buarque. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 564, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA MEDINA E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nanuque, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cristovam Buarque. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 565, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA MORUMBI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo”. **RELATOR:** Senador Sérgio Souza. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 567, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CASEIRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caseiros, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 571, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à MEGGA FM LTDA. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capela, Estado de Sergipe”. **RELATOR AD HOC:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 579, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SP-1 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cristovam Buarque. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 3, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE ARAÇATUBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Luiz Henrique. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 6, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Luiz Henrique. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 8, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TELEVISÃO DI ROMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás”. **RELATOR AD HOC:** Senador Luiz Henrique. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 9, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PIEMONTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba”. **RELATOR:** Senador Cristovam Buarque. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 27, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cristovam Buarque. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 28-5-2013 – 13ª REUNIÃO

PDS Nº 433, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à LITORAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 450, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TROPICAL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coroados, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Luiz Henrique. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 495, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PROJEÇÃO E VIDA DF E ENTORNO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Guará I, Distrito Federal”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 505, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GERALDO DE OLIVEIRA DE JAUPACI GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaupaci, Estado de Goiás”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 507, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MANCHESTER DE ANÁPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Anápolis, Estado de Goiás”. **RELATOR AD HOC:** Senador Luiz Henrique. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 527, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ATENDIMENTO SOCIAL E ASSISTENCIAL MARCONDENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfredo Marcondes, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 528, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO NOVO HORIZONTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 543, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE CO-

MUNICIPAÇÃO COMUNITÁRIA ALVORADA DO BAIRRO PEDREIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. **RELATORA:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 545, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO SANTA CATARINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 551, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à AKATU FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia”. **RELATORA:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 557, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PILARENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pilar, Estado de Alagoas”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 562, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL AO MENOR DE CAPITÃO ANDRADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Andrade, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 569, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 570, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ABCCI – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA COMUNIDADE CARENTE DE IBICARAÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibicaraí, Estado da Bahia”. **RELATOR:** Senador Benedito de Lira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 577, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO CULTURAL SOCORRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Socorro, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 578, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à S.P. COMUNICAÇÕES & PUBLICIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 4, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL, ARTÍSTICO E SOCIAL DE CEREJEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia”. **RELATOR AD HOC**: Senador Luiz Henrique. **PARECER**: Favorável. **RESULTADO**: Aprovado.

PDS Nº 5, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PORTAL DO BENFICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. **RELATOR AD HOC**: Senador Anibal Diniz. **PARECER**: Favorável. **RESULTADO**: Aprovado.

PDS Nº 7, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO FORTALEZA DE SÃO JOÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipujiara, Estado da Bahia”. **RELATOR AD HOC**: Senador Anibal Diniz. **PARECER**: Favorável. **RESULTADO**: Aprovado.

PDS Nº 10, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE LAGOA DO SÍTIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lago do Sítio, Estado do Piauí”. **RELATOR AD HOC**: Senador Anibal Diniz. **PARECER**: Favorável. **RESULTADO**: Aprovado.

PDS Nº 11, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO VALTER EVARISTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Tapuio, Estado do Piauí”. **RELATOR AD HOC**: Senador Anibal Diniz. **PARECER**: Favorável. **RESULTADO**: Aprovado.

PDS Nº 15, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à SAN MARINO RADIODIFUSÃO LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capanema, Estado do Paraná”. **RELATOR AD HOC**: Senador Anibal Diniz. **PARECER**: Favorável. **RESULTADO**: Aprovado.

PDS Nº 19, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HUMANISTA E SOLIDÁRIA – ACOLHER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais”. **RELATORA**: Senadora Lídice da Mata. **PARECER**: Favorável. **RESULTADO**: Aprovado.

PDS Nº 22, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à DEO VOLENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR AD HOC**: Senador Anibal Diniz. **PARECER**: Favorável. **RESULTADO**: Aprovado.

PDS Nº 24, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à ALÔ FM – SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais”. **RELATORA AD HOC**: Senadora Angela Portela. **PARECER**: Favorável. **RESULTADO**: Aprovado.

PDS Nº 25, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO PORTAL DE CAXIAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 36, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAMARÃO EM AÇÃO – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lamarão, Estado da Bahia”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 43, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE CRUZ DAS POSSES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 45, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 50, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PIÊN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piên, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 69, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DA COMUNICAÇÃO – AFONSO CLÁUDIO – ES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 4–6–2013 – 14ª REUNIÃO

PDS Nº 358, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à BONITO COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 553, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à SAMPAIO & MARTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 554, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ASSISTEN-

CIAL DOIS DE JULHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata de São João, Estado da Bahia”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 561, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SCALA FM STÉREO DE CURITIBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 566, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE MINAS NOVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minas Novas, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 572, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA “LIFE FM” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo”. **RELATORA:** Senadora Angela Portela . **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 1, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à COMUNIDADE SPICILEGIUM DEI DE AMPARO SOCIAL E CRISTÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 2, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GRÃO-ARAENSE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – AGRADES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 13, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à GAZETA DO ESPÍRITO SANTO RÁDIO E TV LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 14, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE GOIÂNIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”. **RELATORA:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 20, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SANTA TEREZINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Terezinha, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 23, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DO RIO DA CONCEIÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio da Conceição, Estado do Tocantins”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 26, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JACUÍPE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Jacuípe, Estado da Bahia”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 33, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIODIFUSÃO E CULTURAL DE LAGOA DO TOCANTINS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Tocantins, Estado do Tocantins”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 34, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E RURAL DO CRUZEIRO DA QUEIMADA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irará, Estado da Bahia”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 37, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIDOS POR FAXINAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 44, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CORREIA PINTO VOZ DA TERRA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 48, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO 99 FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 51, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO CULTURAL DE TRIUNFO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 53, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE LUIZA TÁVORA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Potengi, Estado do Ceará”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 55, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Teresina, Estado do Piauí”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 58, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FRATERNIDADE para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador José Agripino. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 64, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boqueirão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 68, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA NOVA VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Vitória, Estado da Bahia”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 75, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A CULTURA DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE ALMEIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição de Almeida, Estado da Bahia”. **RELATOR:** Senador Sérgio Souza. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 80, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SANTA CRUZ AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 11–6–2013 – 16ª REUNIÃO

PDS Nº 476, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio dos Ratos, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Pelo sobrestamento da matéria e aprovação de requerimento de informação dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 2–7–2013 – 20ª REUNIÃO

PDS Nº 192, de 2009, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA ARIZONA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

na cidade de Bom Jardim, Estado do Maranhão”. **RELATOR AD HOC:** Senador Gim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 573, de 2012, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAIMBÉ FM LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Gim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 17, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná”. **RELATOR AD HOC:** Senador Gim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 18, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DO POVOADO CAUEIRA – ITAPORANGA D’AJUDA/SE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaporanga D’Ajuda, Estado de Sergipe”. **RELATOR AD HOC:** Senador Gim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 21, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à CLUBE DOS PAIS DO GRANJA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais”. **RELATORA:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 42, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA RIBEIRA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Darcinópolis, Estado do Tocantins”. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 54, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE NOVA PETRÓPOLIS – ACINOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Petrópolis, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Gim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 56, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO UMBÚ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Gim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 60, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO BOECY FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Gim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 66, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à LAGOA DOS PATOS

FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tapes, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Ivo Cassol. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 67, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à CMM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mata, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Walter Pinheiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 70, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TURÍSTICO DE PAU D’ARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pau D’Arco, Estado do Tocantins”. **RELATOR AD HOC:** Senador Gim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 77, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO BARRETO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bento Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte”. **RELATOR AD HOC:** Senador Gim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 79, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à ALÔ FM – SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serro, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Sérgio Souza. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 81, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 82, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária Turvo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvo, Estado do Paraná”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 87, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ANHANGUERA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº 98, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ONG CULTURAL GOIABALENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Goiabal, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Benedito de Lira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

5.6. REQUERIMENTOS (RCT)

DIA 12-3-2013 – 2ª REUNIÃO

RCT Nº 1, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos regimentais, pelo presente, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite aos Excelentíssimos Senhores Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações, e João Batista de Rezende, Presidente de Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para a realização de debates em torno dos temas “15 ANOS DA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES – AGENDA REGULATÓRIA 2013/2014 – TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET, E NOVA ESTRUTURA DA ANATEL”, e, havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna”. **AUTORIA:** Senador Zeze Perrella. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 2, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos regimentais, pelo presente, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, para a realização de debates em torno dos temas “AGENDA, PRIORIDADES E AÇÕES DO MCTI PARA 2013/2014 – DADOS E EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (ENCTI) – PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE INOVAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA”, e, havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna”. **AUTORIA:** Senador Zeze Perrella. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 16-4-2013 – 6ª REUNIÃO

RCT Nº 3, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal e dos arts. 90 e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em conjunto com a Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor. É necessário que o Brasil desenvolva um programa de pesquisa e desenvolvimento para os minerais estratégicos, para transformar esses minerais raros que possuímos em nosso território em insumos para a criação de produtos complexos e sofisticados, importantes para a nossa economia no contexto mundial. Sendo a exploração de terras-raras uma questão de soberania nacional, pela multiplicidade de seus usos, inclusive na área de defesa e na indústria petrolífera, precisamos de uma política de fomento à sua produção e arrojo empresarial para promover o aproveitamento das jazidas. De início, postulo a realização da primeira audiência pública no Senado Federal, e para tanto, sugiro sejam convidados para participar destas discussões, e fornecer subsídios a esta Subcomissão as seguintes pessoas: 1) Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI, Ilmo. Sr. Dr. Álvavo Toubes Prata; 2) Diretor Geral do SENAI/DN, Ilmo. Sr. Dr. Rafael Lucchesi; 3) Secretário de Geologia e Mineração do MME, Ilmo. Sr. Dr. Carlos Nogueira; 4) Diretor do Centro de Tecnologia Mineral, Ilmo. Sr. Dr. Fernando Antonio Freitas Lins; 5) Superintendente Geral da Fundação CERTI – Centro de Referência em Tecnologia Inovadoras, Ilmo. Sr. Professor Dr.-Ing., Carlos Alberto Schneider; 6) Vice-Presidente do BNDES, Ilmo. Sr. João Carlos Ferraz”. **AUTORIA:** Senadores Luiz Henrique e Vital do Rêgo. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 23-5-2013 – 12ª REUNIÃO

RCT Nº 4, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos regimentais, pelo presente, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debates sobre a “DESTINAÇÃO E LICITAÇÃO DA FAIXA DE 700 MHz”, com convite às autoridades e entidades a seguir relacionadas, sem prejuízo da adição de outras porventura indicadas posteriormente: Sr. João Batista de Rezende – Presidente da AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL; Sr. Nelson Breve – Diretor Presidente da EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC; Sr. General de Divisão Antonino dos Santos Guerra Neto – Comandante do CENTRO DE COMUNICAÇÃO E GUERRA ELETRÔNICA DO EXÉRCITO – CCOMGEX; Sr. Daniel Slaviero – Presidente da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO – ABERT; Sr. Antonio Carlos Valente – Presidente da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES – TELEBRASIL; Sr. Adilson Pontes Malta – Presidente da SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENGENHARIA DE TELEVISÃO – SET”. **AUTORIA:** Senador Lobão Filho. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 5, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos regimentais, pelo presente, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debates sobre “Pesquisa novas tecnologias sobre células-tronco e suas aplicações” com convite às autoridades e entidades a seguir relacionadas, sem prejuízo da adição de outras porventura indicadas posteriormente: Sr. Dirceu Bráz Aparecido Barbano – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Dr. Sérgio Duval de Barros Vieira – Diretor Médico da GID Brasil; Dr. Antonio Carlos Campos de Carvalho – Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde; Dr. Wagner Neder Issa – Diretor do Hospital Vila da Serra; Dr. José Fábio Lana – Diretor da Associação Brasileira de Medicina Regenerativa; Dra. Mayana Zatz – Coordenadora-Geral do Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão – CEPID – Centro de Estudos do Genoma Humano”. **AUTORIA:** Senador Zeze Perrela. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 6, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Nos termos regimentais, requer a realização de audiência pública destinada a informar aos membros desta Comissão sobre a governança da internet no Brasil, incluindo os critérios para deferimento e registro de domínios na internet; o modelo de arbitragem de conflitos para nomes e domínios; o orçamento destinado ao setor, suas fontes de arrecadação e os meios de fiscalização e controle na alocação desses recursos; e o papel do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) no registro de marcas e sua interface com o registro de nomes e domínios da internet. Para tanto, sugiro o convite às seguintes personalidades: 1 – Senhor Jorge de Paula Costa Ávila – Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); 2 – Senhor Virgílio Augusto Fernandes Almeida – Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR), na qualidade de seu Coordenador; 3 – Senhor Demi Getschko – Diretor Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.BR)”. **AUTORIA:** Senadores Sérgio Souza e Luiz Henrique. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 7, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), audiência pública com o objetivo de debater a “tecnologia de digitalização do sistema radifônico brasileiro”. A audiência pública terá por convidados os Srs. Flávio Ferreira Lima, do Ministério das Comunicações – Minicom; Sr. Bráulio Menezes, Gerente Geral da Rádio Nacional da Amazônia, Empresa Brasileira de Comunicação –

EBC e Conselheiro da ARPUB; e, representante da Associação Mundial das Rádios Comunitárias – AMARC”. **AUTORIA:** Senadores Anibal Diniz e Luiz Henrique. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 8, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, autorização para participar, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, por ocasião de convite formulado pela Confederação Nacional da Indústria, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42st WorldSkills Competition), que será realizado em Leipzig, na Alemanha, de 2 a 7 de julho de 2013”. **AUTORIA:** Senador Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 9, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos regimentais, a realização pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal do Seminário “CAMINHOS PARA A INOVAÇÃO”, edição 2013, que também por nossa autoria de requerimento foi realizado com grande sucesso no ano de 2012. Proponho ainda que, para este ano, seja adotado o mesmo tema da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação MCTI – “Ciência, Saúde e Esporte”, realizando o Seminário como um evento paralelo à SNCT/2013 no mês de outubro de 2013”. **AUTORIA:** Senadores Vital do Rêgo, Luiz Henrique e Cristovam Buarque. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 28–5–2013 – 13ª REUNIÃO

RCT Nº 10, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, na forma do disposto nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei (PL) nº 2.126, de 2011, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, conhecido como Marco Civil da internet. Para a referida audiência, proponho que sejam convidados: Deputado Alessandro Molon, relator do PL nº 2.126, de 2011, na Comissão Especial criada pela Câmara dos Deputados para examinar a matéria; Senhor Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; Senhora Leila Loria, Diretora de Relações Institucionais e Regulamentação do Grupo Telefônica/Vivo; Senhor Paulo Tonet Camargo, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo; Senhor Marcel Leonardi, Diretor de Políticas Públicas e Relações Governamentais do Google no Brasil”. **AUTORIA:** Senadores Vital do Rêgo e Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 11, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Comissão de Ciências, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, audiência pública, para debater o conteúdo do Projeto de Lei do Senado Federal PLS 68/2010, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que revoga o art. 5º da Lei nº 12.034 de 2009, relativo ao voto impresso conferido pelo eleitor a partir das eleições de 2014. Para tanto, indico que sejam convidados os seguintes especialistas no assunto: Eng. Amílcar Brunazo Filho – Engenheiros especialista em Segurança de informática e Moderador do Fórum do Voto Seguro na Internet; Dr. Diego Aranha – Professor do Departamento de Ciências da Computação da UNB e chefe da equipe vencedora do teste de segurança das urnas eletrônica promovido pelo TSE em 2012; Dr. Pedro de Rezende – Professor de Matemática e Criptografia do Departamento de Ciências da computação da UNB; Sr. Guizeppe Janini – Secretário de Informática do TSE ou um técnico especialista por ele indicado”. **AUTORIA:** Senadores João Capiberibe e Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 12, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer autorização para participar, na qualidade de membro da comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, por

ocasião de convite formulado pela Confederação Nacional da Indústria, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42st WorldSkills Competition), que será realizado em Leipzig, na Alemanha de 2 a 7 de julho de 2013. Nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que irei me ausentar do país no período do dia 2 a 7 de julho do corrente ano”. **AUTORIA:** Senador Cícero Lucena. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 4–6–2013 – 14ª REUNIÃO

RCT Nº 13, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Tendo em vista o convite formulado pela Confederação Nacional da Indústria, que se refere ao 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42st WorldSkills Competition), a realizar-se em Leipzig, Alemanha, requer, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 2 a 7 de julho corrente ano, para desempenhar a mencionada missão. Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, RISF, que estarei ausente do país no mesmo período”. **AUTORIA:** Senador Sérgio Petecão. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 14, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal e o disposto no art. 40 § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão política, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática desta Casa, na Alemanha, em atendimento ao convite da Confederação Nacional de Indústria (CNI), para participar do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42st WorldSkills) que será realizado em Leipzig, na Alemanha, no período de 2 a 7 de julho de 2013. O evento é o mais tradicional e a maior competição de formação profissional em que competem jovens dos países mais industrializados no mundo. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) será o principal representante do Brasil, tendo mantido um excelente desempenho, desde de 1983. No último certame, realizado em Londres, em 2011, o Brasil conquistou o 2º lugar, superado apenas pela Coreia do Sul e à frente de países como Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Alemanha, Suíça, entre outros. Considero de suma importância a excelência e atualidade tecnológica do ensino do SENAI, demonstrada pelo desempenho obtido pelos estudantes do Sistema Indústria, que auxiliam, sobretudo, o desenvolvimento do parque industrial brasileiro, na atualização constante de novas tecnologias. Comunico, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do país no período de 1º a 8 de julho do mesmo ano”. **AUTORIA:** Senador Luiz Henrique. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 15, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 6/2013, aprovado em 23–5–2013 nesta CCT, requer que seja também convidado o Professor Hartmut Glaser (Secretário Executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil), para participar da audiência pública destinada a informar aos membros desta Comissão sobre a governança da internet no Brasil”. **AUTORIA:** Senador Sérgio Souza. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 11–6–2013 – 16ª REUNIÃO

RCT Nº 16, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos regimentais, adendo ao Requerimento nº 7, de 2013, dessa CCT, que propõe a realização de audiência pública para debater a tecnologia de digitalização do sistema radifônico brasileiro, para incluir, como convidado, o Sr. Daniel Pimentel Slavieiro, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT”. **AUTORIA:** Senador Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 17, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos regimentais, adendo ao Requerimento nº 7, de 2013, dessa CCT, que propõe a realização de audiência pública para debater a tecnologia de digitalização do sistema radiofônico brasileiro, para incluir, como convidado, o Sr. Luiz Cláudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABRATEL”. **AUTORIA:** Senador Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 18, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 10, de 2013 – CCT, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, de audiência pública, para debater o Projeto de Lei (PL) nº 2.126, de 2011, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, conhecido como Marco Civil da Internet, para a inclusão, como convidado, do representante da Associação Brasileira de Internet (ABRANET)”. **AUTORIA:** Senadores Walter Pinheiro e Angela Portela. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 19, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Mesa do Senado Federal encaminhe ao Ministro de Estado das Comunicações os seguintes questionamentos sobre o ato a que se refere a Portaria nº 482, de 21 de maio de 2010, que outorgou à Empresa de Radiodifusão Ursa Maior permissão para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio dos Ratos, no estado do Rio Grande do Sul: 1. O Ministério das Comunicações recebeu ou investigou alguma denúncia de irregularidade envolvendo a Empresa de Radiodifusão Ursa Maior ou quaisquer dos seus sócios antes de homologar o resultado do processo licitatório que a declarou vencedora e apta a explorar o serviço de radiodifusão sonora? 2. A Empresa de Radiodifusão Ursa Maior foi outorgada com concessões, permissões ou autorizações para explorar outras modalidades do serviço de radiodifusão? 3. Em referência ao Parecer nº 862/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, firmado pela advogada da União Tatiane Flores Cavalcante Razuk, em 11 de maio de 2012, referente ao processo nº 53000.034337/2009-23, o Ministério das Comunicações oficiou as autoridades policiais competentes para que investigassem a veracidade das denúncias formuladas contra um dos sócios da Empresa de Radiodifusão Ursa Maior, conforme recomendado no parecer? 4. O Ministério das Comunicações detém alguma informação concreta e devidamente apurada que desabone a qualificação técnica ou financeira da referida empresa para explorar os serviços que lhe foram outorgados? 5. Os serviços de radiodifusão outorgados à Empresa de Radiodifusão Ursa Maior estão em operação?”. **AUTORIA:** Senador Flexa Ribeiro. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 18–6–2013 – 17ª REUNIÃO

RCT Nº 20, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Tendo em vista o convite formulado pela Confederação Nacional da Indústria, que se refere ao 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42st Worldskills Competition), a realizar-se em Leipzig, Alemanha, requer, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 2 a 7 de julho corrente ano, para desempenhar a mencionada missão. Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, RISF, que estarei ausente do país no mesmo período”. **AUTORIA:** Senador Zeze Perrella. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 21, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos regimentais, pelo presente, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para debates sobre a “QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNI-

CAÇÕES (MÓVEL, FIXA E BANDA LARGA) – ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS E PESQUISA DE SATISFAÇÃO – IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TECNOLOGIA 4G E GRANDES EVENTOS – REGULAMENTO DE CELEBRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA E PESQUISA”, com convite aos órgãos e autoridades a seguir elencadas, sem prejuízo de acréscimo de outros convidados: Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Tribunal de Contas da União – TCU; Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL; Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; Secretaria Nacional do Consumidor – SENACOM. Em sendo aprovado o presente requerimento, será então oportuna e brevemente definida a data para a sua realização, dada a importância e atualidade do tema, pelo que então o encaminhamento para apreciação e deliberação por meus pares da Comissão, na expectativa do seu apoio e aprovação”. **AUTORIA:** Senadora Angela Portela. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 2–7–2013 – 20ª REUNIÃO

RCT Nº 22, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada nesta Comissão audiência pública destinada instruir o PLS nº 333, de 2012, com a presença dos seguintes convidados: Sr. José Jorge Veloso da Silva, consultor em assuntos regulatórios do setor de telecomunicações; Sr. Carlos Manuel Baigorri, Superintendente de Competição da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Sra. Flávia Lefèvre Guimarães, consultora jurídica da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PROTESTE); Sr. Igor Vilas Boas, consultor legislativo do Senado Federal”. **AUTORIA:** Senador Flexa Ribeiro. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 23, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 113, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de debater as diretrizes e as prioridades da Telebrás e o Programa Nacional de Banda Larga, com a presença do Sr. Caio Cezar Bonilha Rodrigues, Presidente da Telebrás, e do Sr. Basilio Perez, Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações”. **AUTORIA:** Senador Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 25, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, em aditamento ao Requerimento nº 22, de 2013 – CCT, a inclusão do Sr. João Moura, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TELCOMP) no rol dos convidados à audiência pública para instruir o PLS nº 333, de 2012”. **AUTORIA:** Senador Flexa Ribeiro. **RESULTADO:** Aprovado.

RCT Nº 26, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 04, de 2013 – CCT, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, de audiência pública, para “Destinação e Licitação da Faixa de 700Mhz” para a inclusão, como convidado, do Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, Sr. João Carlos Saad, que tem constantemente participado dos debates de interesse de suas associadas, em especial sobre a faixa de 700Mhz”. **AUTORIA:** Senador Walter Pinheiro. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 10-7-2013 – 22ª REUNIÃO

RCT Nº 28, de 2013 – CCT, não terminativo, que “Requer, nos termos regimentais, a realização de audiências públicas no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) conjuntas com a Comissão de Relações Exteriores (CRE), com o objetivo de discutir e prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitoraram milhões de e-mails e ligações de brasileiros, conforme Requerimentos aprovados n.º 48, de 2013-CRE e 61, de 2013-CRE”. **AUTORIA:** Senador Zeze Perrella. **RESULTADO:** Aprovado.

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF



